

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARY KAZUE ZANFRA

**MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA: A
PERSPECTIVA DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS**

FLORIANÓPOLIS, 2007.

MARY KAZUE ZANFRA

**MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA: A
PERSPECTIVA DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Claudia Mazzei Nogueira.

FLORIANÓPOLIS, 2007.

MARY KAZUE ZANFRA

**MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA: A
PERSPECTIVA DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Claudia Mazzei Nogueira
PRESIDENTE

Profª Drª Vera Herweg Westphal
Departamento de Serviço Social
1º EXAMINADORA

Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa
Departamento de Economia
2º EXAMINADOR

Profª Iliane Kohler
Departamento de Serviço Social
SUPLENTE

FLORIANÓPOLIS, 2007.

AGRADECIMENTOS

A todos que fazem um outro mundo ser possível.

..... ao Marco, à Mariana e à Mayara.

..... aos docentes, discentes e servidores públicos do Departamento de Serviço Social.

..... aos trabalhadores(as) que constituem e são constituídos pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fórum Catarinense de Economia Solidária e Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis.

..... aos servidores públicos e trabalhadores(as) contratados da Delegacia Regional do Trabalho/SC/MTE.

..... aos Assistentes Sociais, especialmente à Liliana.

Muito obrigada.

**A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é
processo, é vir a ser.**

Paulo Freire

RESUMO

ZANFRA, Mary Kazue. **Movimento de Economia Solidária em Santa Catarina: a perspectiva dos(as) Assistentes Sociais.** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.2.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda o Movimento de Economia Solidária como movimento de resistência dos Trabalhadores frente ao Capital e como confluência de outros movimentos sociais na construção de um outro projeto societário. Desta forma, além de trazer elementos conceituais e históricos, a ênfase foi dada à organização sócio-política do Movimento, mais especificamente no Estado de Santa Catarina - o Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES) - e a participação do(a) Assistente Social na construção e fortalecimento desse processo. O fenômeno da Economia Solidária se dá num quadro específico da realidade social, onde se deflagra a “crise do trabalho assalariado”; nesse sentido, se apresenta o contexto em que ocorrem as Transformações no mundo do Trabalho e as formas de enfrentamento traduzidas em Políticas Públicas de Trabalho e Emprego. No entanto, pretende-se também, apresentar esse movimento de trabalhadores(as) como dotado de potencial, para além da simples geração de trabalho e renda no enfrentamento do desemprego estrutural. Assim sendo, aborda-se esse processo de construção de um outro projeto societário, como permeado de desafios, pois contém em sua prática, as principais discussões contemporâneas acerca da produção e reprodução social da vida, como: trabalho, meio-ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento.

Palavras - chave: trabalho, sustentabilidade, economia solidária e serviço social

LISTA DE SIGLAS

ABICRED – Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito
ADS – Agência de Desenvolvimento Social
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
AMI – Acordo Multilateral de Inversões
ANCOSOL – Associação Nacional de Cooperativas de Crédito da Economia Familiar e Solidária
ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária
ASA – Ação Social Arquidiocesana
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEDEP – Centro de Educação Popular
CNBB – Conselho Nacional dos Bispos Brasileiros
CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária
CONCRAB – Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DRT/SC – Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina
EAF – Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento
ECOSOL – Economia Solidária
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
EGE – Equipe Gestora Estadual
FACES – Fórum de Articulação para o Comércio Ético e Solidário
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FCES – Fórum Catarinense de Economia Solidária
FEES – Fórum Estadual de Economia Solidária
FSM – Fórum Social Mundial
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau
GT – Grupos de Trabalho
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas
IELUSC – Instituição Educacional Luterana de Fortalecendo a Rede de Economia Solidária em Santa Catarina
IMS – Instituto Marista de Solidariedade
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NESOL/UFSC – Núcleo de Estudos e Práticas em Socioeconomia Solidária da Universidade Federal de Santa Catarina
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
OS – Organização Social

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS – Programa de Integração Social
PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação Profissional do Trabalhador
PNQ – Plano Nacional de Qualificação
PPA – Plano Plurianual
PPDLES – Projeto de Promoção de Desenvolvimento Local e Economia Solidária
PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas
RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECAFES – Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SIES – Sistema de Informações em Economia Solidária
UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Regional de Chapecó

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
1. TRABALHO.....	4
1.1. Categoria Trabalho.....	4
1.2. Transformações no Mundo do Trabalho.....	6
1.3. A Política Pública de Trabalho e Emprego.....	9
2. SUSTENTABILIDADE.....	17
2.1. Sustentabilidade, Desenvolvimento e Meio Ambiente.....	17
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	26
3.1. Histórico e Trajetória.....	26
3.2. Conceitos.....	28
3.3. Movimento de Economia Solidária no Brasil.....	35
3.3.1. Perfil da Economia Solidária no Brasil.....	41
3.4. Movimento de Economia Solidária em Santa Catarina.....	51
3.4.1. Perfil da Economia Solidária em Santa Catarina.....	52
4. SERVIÇO SOCIAL.....	57
4.1. Pesquisa, Metodologia.....	57
4.2. Serviço Social e Economia Solidária: a produção teórica.....	59
4.3. Os(as) Assistentes Sociais no Movimento de Economia Solidária em SC....	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
6. REFERÊNCIAS.....	76
7. APÊNDICE.....	84

INTRODUÇÃO

Esta monografia foi elaborada e escrita com o objetivo de compreender o fenômeno da Economia Solidária (ECOSOL) que vem adquirindo visibilidade nos níveis local, nacional e mundial, não apenas como resposta às seqüelas da lógica neoliberal, mas como movimento de resistência dos Trabalhadores frente ao Capital e como confluência de outros movimentos sociais na construção de um outro projeto societário. Desta forma, além de trazer elementos conceituais e históricos, a ênfase foi dada à organização sócio-política do Movimento, mais especificamente no Estado de Santa Catarina - o Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES) - e aborda a participação do(a) Assistente Social na construção e fortalecimento desse processo. Além da pesquisa com os profissionais envolvidos no Movimento, realizou-se uma breve revisão bibliográfica do que a categoria tem produzido sobre o tema, trazendo as atuais discussões sem a pretensão de exaustão do mesmo.

No desenvolvimento da investigação, foram utilizadas referências bibliográficas que tratam direta e indiretamente a temática da Economia Solidária partindo do materialismo dialético, não ocultando ponderações de alguns autores de que a mesma vem amenizando os males do neoliberalismo e não propriamente rompendo com essa corrente. Porém, considerando que na busca da mudança da realidade é importante compreender o que acontece ao nosso redor, foi dada ênfase ao Movimento de Economia Solidária no Estado de Santa Catarina, tendo como base o estágio curricular obrigatório e não-obrigatório durante o período de 4 semestres¹ na Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina (DRT/SC), instância estadual do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que instituiu o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento de responsabilidade da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

O fenômeno da Economia Solidária se dá num quadro específico da realidade social, onde se deflagra a “crise do trabalho assalariado”; nesse sentido, para compreendê-la foi feita uma abordagem da categoria trabalho, em seguida o contexto que levou às transformações no mundo do trabalho e as formas de enfrentamento tanto da sociedade civil quanto dos órgãos públicos que se traduziram em Políticas Públicas de Trabalho e Emprego. Formas de enfrentamento perpassadas por confrontos de idéias e interesses existentes entre forças

¹ O período de estágio realizado de maio de 2006 a dezembro de 2007, perfazendo um total de 4 semestres é considerado “atípico”, pois, em função das paralisações de servidores públicos, professores e estudantes, reivindicando uma Universidade Pública de qualidade, os semestres foram reestruturados não obedecendo o calendário acadêmico tradicional.

hegemônicas à frente do poder governamental e do movimento dos trabalhadores. Dessa maneira, no primeiro momento, se pretendeu oferecer uma visão do todo, a partir da análise da conjuntura mundial sob os processos de globalização e da efetivação dos princípios do neoliberalismo, discutindo em particular os reflexos sentidos no Brasil e nos demais países da América Latina ante essas transformações.

No segundo momento, fez-se necessário apresentar e aprofundar o tema da Sustentabilidade, por ter centralidade nas discussões acerca do projeto societário que está sendo engendrado no Movimento. E porque, juntamente com a categoria Trabalho, formam o eixo sobre o qual está se buscando um novo paradigma de produção e reprodução da vida, que perpassa pelo campo da cultura, percepção de valores, enfim de uma outra visão de mundo que supere a visão reducionista/mecanicista que herdamos do Iluminismo. Para o cumprimento desse propósito, buscou-se inicialmente o que havia de produção literária nesse sentido, para em seguida identificar os autores mais citados em comum. São considerados como base inicial desse processo as bibliografias básica e complementar da Disciplina: Serviço Social e Pensamento Contemporâneo², por discutir as várias expressões da questão social na atualidade, dentre elas a questão da degradação ambiental.

No terceiro momento, é feita a apresentação da metodologia da pesquisa e dos obstáculos e desafios encontrados na sua efetivação, nos níveis teórico e prático.

Os dados estatísticos mostram crescentes índices de desemprego e subemprego, tanto nos países centrais como nos periféricos, sem mencionar as mais diversas formas de precarização do trabalho e do desmonte dos direitos trabalhistas conquistados ao longo da história. Nesse cenário, a pesquisa realizada procura identificar os processos de trabalho que os(as) profissionais de Serviço Social que atuam no Movimento de Economia Solidária no Estado de Santa Catarina desenvolvem e as condições de trabalho nas várias Instituições e Organizações em que são contratados(as), além de trazer a discussão dos limites, desafios e perspectivas/expectativas, nessa dupla dimensão: de profissional e de trabalhador.

Por fim, nas Considerações Finais, com base no que foi exposto, procura-se demonstrar a importância de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especificamente no Centro Sócio-Econômico (CSE), como forma de contribuir para a qualificação do ensino/aprendizagem sob o prisma de um novo paradigma.

² Disciplina (DSS 5125) oferecida no semestre 2004.2, ministrada pela Professora Dra. Tereza Kleba Lisboa para a turma 216.

1. TRABALHO

1.1. Categoria Trabalho

Tendo este trabalho o objetivo de descrever o Movimento da Economia Solidária no Estado de Santa Catarina, bem como de apresentar a perspectiva dos profissionais de Serviço Social enquanto espaço sócio-ocupacional, e identificando o Trabalho como a questão que perpassa e ao mesmo tempo une estes dois grandes grupos sociais, se faz necessário apresentar a teoria de trabalho que fundamenta esta proposição.

De acordo com Marx apud Antunes (2000), o trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da Natureza e dos outros homens. É através do trabalho que o homem conscientemente dá respostas às suas necessidades. Ele é o único ser teleológico, que ao realizar o trabalho é capaz de projetar antecipadamente na sua mente o resultado a ser obtido. E também é o único ser capaz de criar meios e instrumentos de trabalho. O trabalho tem centralidade na vida do homem porque é um elemento constitutivo do ser social, que o caracteriza como tal.

Conforme o exposto, pela mediação do trabalho, os homens, ao transformarem a Natureza transformam também a si próprios. Em outras palavras, as relações de produção são as bases das relações sociais: a dialética estrutura/superestrutura do materialismo histórico. Dessa forma, o trabalho se constitui como protoforma do ser social, ou, conforme Antunes (2000, p.167) “protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana”, sendo a gênese do processo de sociabilidade, pois na medida em que transforma a Natureza, o próprio homem se transforma e estabelece relações entre si, possibilitando não somente a produção material, mas principalmente a reprodução social da vida.

Marx (1971, p.50 e 208) apud Antunes (2000, p.167) afirmou que o trabalho “é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana”; no entanto, no “sistema de metabolismo social do capital”, a razão do trabalho não é mais suprir a necessidade do trabalhador, mas sim de desenvolver a riqueza da classe dominante. Desta forma, o trabalho alienado cria as

condições para “a desumanidade socialmente produzida pelos próprios homens” (LESSA, 1999, p. 28), perdendo gradativamente o sentido acima descrito.

Oliveira (2000, p.82) em seus estudos afirma que é um longo processo social em que a ideologia do capital transformou o trabalho criativo em “trabalho como necessidade”. Em suas palavras “é toda uma longa história para naturalizar aquilo que é uma verdadeira violência”.

Sader no artigo “Trabalhem menos, trabalhem todos” reitera essa afirmação:

Nossa capacidade de trabalho, esta potência humana de transformação e emancipação de todos, ficou limitada a ser apenas o nosso meio de ganhar o pão. Capacidade, potência, criação, o trabalho foi transformado pelo capital no seu contrário. Tornou-se instrumento de alienação no sentido clássico da palavra: como ato de entregar ao outro o que é nosso, nosso tempo de vida. De produzir para que outros se apropriem do que produzimos, para que outros decidam o que produzimos, como produzimos, para quem produzimos e a que preço será vendido. (SADER, mimeo, 2007).

Todo produto (resultados objetivos e/ou subjetivos) fabricado pelo homem - valor de uso - é resultado de um processo de trabalho que implica em trabalho, matéria-prima ou objeto e meios ou instrumentos de trabalho. Mas não esquecer que, conforme Mandel, (1978, p.268), “as relações sociais de produção respeitam as relações entre homens e somente entre homens. Elas reúnem o conjunto das relações que os homens tecem entre si na produção de sua vida material”. Portanto, a relação entre mercadorias como ocorre no modo de produção capitalista ao assalariar o trabalho - valor de troca - explica a dupla dimensão do processo de trabalho, ou seja, ao mesmo tempo em que cria/subordina, emancipa/aliena, liberta/escraviza. (ANTUNES, 1995).

Desta forma, a categoria Trabalho baseada no marxismo encontra duas concepções: **1.** o trabalho assalariado – abstrato, alienado, fetichizado e estranhado (labour), mercadoria, como necessidade, como coerção, como agressão e oposição ao “ser genérico” do homem; e **2.** o trabalho criativo - concreto, criador da autodeterminação humana, criador de valores de uso, atividade vital (work), emancipador, libertador e dotado de sentido.

1.2. Transformações no Mundo do Trabalho

As transformações no mundo do trabalho começaram a ter maior visibilidade na década de 1990, mas são decorrentes direta ou indiretamente do Consenso de Washington, um consenso econômico neoliberal que diz respeito à organização da economia global, favorável à regulação pelo mercado.

Conforme palestra de José Luís Fiori (1996), esta denominação foi dada pelo economista John Williamson (1989, International Institute for Economy/Washington) a uma lista de orientações de políticas e de reformas que a América Latina requeria, de acordo com os principais centros e círculos de poder sediados na cidade de Washington.

Teve conseqüências em duas dimensões: 1. macroeconômica - estabilização e a política fiscal submetidas à política monetária, política fiscal austera, com cortes, corte de salários dos servidores públicos, demissões, flexibilização do mercado de servidores públicos, corte das contribuições sociais, reforma da previdência social; e 2. microeconômica - aumento de competitividade, o que passaria por desoneração fiscal, flexibilização dos mercados de trabalho, diminuição da carga social com os trabalhadores, diminuição dos salários - reformas estruturais - desregulação dos mercados, sobretudo o financeiro e o do trabalho, privatização, abertura comercial, garantia do direito de propriedade, sobretudo na zona de fronteira, isto é, nos serviços, propriedade intelectual etc. É um:

“condicionamento comercial explícito, quer dizer não há confiança para emprestar dinheiro a quem não tenha o orçamento fiscal equilibrado, não tenha uma moeda estável, não tenha economia aberta, os mercados financeiros desregulados, o comércio desprotegido e o Estado diminuído ao mínimo”. (FIORI, mimeo, 1996)

Acrescenta Fiori (1996) ainda que é um “programa compacto de políticas e reformas perfeitamente alinhadas com a hegemonia dominante dos países centrais, desde o início dos anos 80, isto é, um programa neoliberal traduzido para a América Latina como liberal”.

Kameyama (2005) critica a forma “determinista” em que o Consenso de Washington é visto e numa visão de totalidade compreende também que “é um produto histórico resultante da nova forma de organização da sociedade, no contexto de conflitos sociais e políticos, de correlação de diversas forças, de contradições e de lutas de classe” (p.3).

Essa nova forma de organização produtiva da sociedade, denominada de acumulação flexível ou Toyotismo, sob a égide da Política Neoliberal, tendo como primado a

supremacia do Mercado e aliado às inovações tecnológicas, reduziu drasticamente o número de postos de trabalho, provocando o desemprego estrutural.

No entanto, a crise do trabalho ou a perda da centralidade do trabalho abstrato (trabalho assalariado), conforme Kameyama, (2005, p.4) “[...] deve ser compreendida como um fenômeno social que surge no marco da totalidade social e não como um fenômeno isolado em si mesmo, mas emerge como resposta às determinações concretas do processo de mundialização do capital”. Desta forma, o fenômeno trouxe conseqüências, primeiro, nas relações de produção e reprodução dos trabalhadores e, segundo, na sua organização, enquanto classe social, fragilizando o movimento de resistência.

A reestruturação produtiva do trabalho é uma resposta ao esgotamento do modo de produção baseado no modelo Fordista/Keynesiano. A impossibilidade do capital se expandir nesse modelo, segundo Harvey apud Silva (2003), diz respeito à “rigidez”:

Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando na medida em que programas de assistência aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansão da base fiscal para gastos públicos [...] isto derivou a crise em parte de um confronto com a rigidez acumulada de práticas e políticas de governo implantadas no período fordista-keynesiano. Estas políticas tinham se mostrado inflacionárias à medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava. (HARVEY, 1993, p. 135-139)

Antunes (1999), Harvey (1993) e Pochmann (1999) em seus estudos afirmam que as conseqüências da reestruturação produtiva do trabalho aliada à ciência e tecnologia aprofundaram a subordinação do trabalho ao capital. As conseqüências são: redução do número que já era insuficiente de postos de trabalho, maior precarização em função da terceirização, intensificação da exploração; houve deslocamento do setor fabril para o setor de serviços, em outras palavras: trabalho manual para o trabalho intelectual; e a tendência à criação de dois pólos de trabalhadores: 1. bem remunerados e altamente qualificados e 2. precarizados (remuneração insuficiente ou baixa remuneração, trabalho temporário, sem os direitos trabalhistas, tempo parcial, multifuncionalidade, alta rotatividade nos empregos) e sem qualificação; ou seja, engrossam o “exército reserva de mão-de-obra”.

Diante do desemprego estrutural, expressão da impossibilidade de o capital absorver essa demanda de trabalhadores, pode-se acrescentar um terceiro pólo: 3. dos trabalhadores

que deixam de ser “exército reserva de mão-de-obra” para tornarem-se “sem utilidade para o capital”; portanto, só não sendo extintos, porque o atual estágio do processo civilizatório não permite.

Confirmando o questionamento de Fiori:

“Por outro lado, eu pergunto: se isso, no mundo do capitalismo, pode ser entendido como uma vingança, definitiva ou passageira, do capital sobre o trabalho, contra o trabalho, o que se pode esperar meus amigos, no final dessa vingança do capital contra o trabalho, num continente como esse, latino-americano, onde, há muito e muito tempo, o trabalho nunca teve vez, nem voz?” (FIORI, mimeo, 1996)

E, refletindo, chega-se a dois entendimentos: o primeiro que as conseqüências são sentidas por todos os trabalhadores, independente do continente em que vivem, e o segundo que a América Latina nunca teve um período de trabalho pleno, ou seja, o desenvolvimento industrial nunca atingiu níveis que garantissem o direito ao trabalho a uma boa parte da população em idade produtiva. Com isso, deixando um rastro de gerações de uma mesma família que nunca tiveram carteira assinada, que não sabem o que é trabalho formal, legal.

Sendo assim, na América Latina a precarização das relações de trabalho é percebida apenas por uma parte pequena da população, porque a grande maioria nunca esteve inserida no mercado de trabalho, e nos que estavam, a alta exploração já era uma realidade. Isto sem citar as formas mais degradantes de exploração do trabalho, que é a escravidão e o trabalho infantil, que no Brasil convivem/coexistem com a alta tecnologia até os dias atuais, caracterizando o que alguns autores denominam de “formas primitivas” de exploração.

Não obstante, ao reconhecimento de que a reestruturação produtiva aliada à política neoliberal vem alterando a configuração do mundo do trabalho, pode-se acrescentar que, no Brasil e nos demais países denominados de periféricos ao capitalismo, a precarização das relações de trabalho não tem sua raiz apenas na forma flexibilizada de produzir, de contratar e de consumir, mas também na constituição histórico/econômico/social.

Nesse contexto, o trabalho informal como estratégia para complementar a renda esteve presente na vida da maioria dos trabalhadores, sendo a única via de acesso ao emprego e à renda. Essa realidade, ou a necessidade de manter a governabilidade num país que tende a perder a integração, exigiu o reconhecimento por parte do governo de implementar Políticas Públicas de Trabalho e Emprego que, no entanto, se mostraram insuficientes como será visto a seguir.

1.3. A Política Pública de Trabalho e Emprego

A noção de “Política Pública” se expande a partir da Revolução Industrial:

Com o crescimento rápido das cidades, multiplicam-se as demandas sociais vinculadas ao meio urbano – saneamento, transporte e habitação – e com o processo de industrialização surgem as demandas ligadas ao mundo do trabalho – regulação de condições e da jornada de trabalho, remuneração, autorização de sindicatos, etc. [...] O Estado, desta forma, assume um papel fundamental sobre o processo de acumulação capitalista, garantindo as condições de reprodução da força de trabalho. (KAPRON e FIALHO, 2003, p.216)

Após a I Guerra Mundial, consolida-se um quadro de forte intervenção e regulação estatal sobre a atividade econômica, de assistência social e de proteção das relações de trabalho denominada de Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), influenciados pela teoria econômica de Maynard Keynes³, que dura até meados da década de 70. A partir de então, deflagra-se o contexto anteriormente discutido do Estado neoliberal.

As ações do Estado podem ser voltadas aos setores produtivos, privados ou estatais e/ou voltadas ao mundo do trabalho, seguridade, assistência ou emergenciais. No Brasil, o processo de constituição do Estado de Bem-Estar Social, conforme Draibe apud Silva (2003) podem ser analisados de acordo com os períodos abaixo e com os seguintes cortes e características temporais:

- a) 1930/1964 - introdução e expansão fragmentada e seletiva;
- b) 1964/1985 - consolidação institucional e reestruturação conservadora;
- c) 1985/1988 - reestruturação progressista e definição do novo perfil.

Essa reflexão - histórica, econômica e política – revelou que a rede de proteção social nunca atingiu o estado de pleno emprego como nos modelos europeus.

Considerando que a emergência e o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social são de ordem econômica, política e social, como resultado de um “acordo entre capital e trabalho organizado” e conforme a tipologia de Titmuss apud Fleury (1992) apud Silva (2003) quanto as formas clássicas de materialização do Estado de Bem Estar Social:

³ Em sua obra “The general Theory of Employment, Interest and Money” refuta as idéias dos economistas clássicos que afirmavam que “a mão invisível” asseguraria o pleno emprego e defende “a ampliação do governo” como o único meio de promover o funcionamento bem-sucedido da iniciativa privada. In: Hunt e Sherman (2000).

[...] a) **Welfare state residual**, caracterizado principalmente por uma política seletiva. Apóia-se em alguns princípios e convicções: o Estado deve agir nas questões sociais, apenas quando os canais “naturais” - o mercado e a família - não funcionam ou são insuficientes. [...] b) **Welfare state meritocrático-particularista**, caracterizado por um princípio estruturante que leva em conta a posição original do indivíduo no mercado de trabalho e, portanto, baseia-se no mérito, na performance profissional, na produtividade. A política social intervém apenas parcialmente, corrigindo ações do mercado.[...] c) **Welfare state institucional redistributivo**, caracterizado por uma política substancial universalista e igualitária, em algumas áreas, garantida por uma política seletiva. [...].(SILVA, 2003, p.24-26)

Pode-se dizer que se aproximou do Welfare state residual e do Welfare state meritocrático-particularista. Em outras palavras, enquanto o modelo europeu fundou o seu sistema de regulação social sob a égide da cidadania e do pleno emprego, no Brasil teve uma “regulação social tardia”:

Caracterizo como **regulação social tardia** os países nos quais os direitos sociais foram legalmente reconhecidos no último quartel do século XX e cujo reconhecimento legal não significa que estejam sendo efetivados, isto é, podem continuar a ser direitos de papel que não passam nem pelas institucionalidades, nem pelos orçamentos públicos. Portanto, não cessa a luta dos movimentos pela inclusão de necessidades de maioria e de minorias na agenda pública. Embora estejam inscritos em lei, seu caráter difuso não os torna autoaplicáveis ou reclamáveis nos tribunais.(SPOSATI, 2002, p. 2)

De acordo com Ramos, 2003, as formas de regulação sobre o mercado de trabalho que visam ao aumento da oferta de emprego, reduzindo-a ou alterando-a de forma direta ou indireta, são as Políticas Públicas de Emprego e podem ser Passivas ou Ativas.

As Políticas Passivas de Emprego são aquelas que conjugam mecanismos de natureza compensatória que têm como objetivo tornar a situação do desempregado mais “tolerável”, propiciando condições mínimas de subsistência aos trabalhadores que persistem em situação de desocupação. Reduzir a oferta de trabalho mediante o adiantamento da aposentadoria ou postergando a entrada no mercado de trabalho dos jovens, ao estender o tempo de escolaridade. Exemplos: Seguro-desemprego, extensão dos ciclos escolares, aposentadoria precoce.

As Políticas Ativas de Emprego são aquelas que englobam um conjunto de ações públicas que visam a elevar o nível de emprego. Exemplos: Formação profissional – PNQ e Planfor; Intermediação de mão-de-obra – SINE (PROGER); apoio às micro e pequenas empresas - Sebrae e BNDES; subsídios ao empregador para a contratação de novos empregados; geração direta de empregos pelo setor público.

Conforme dissertação de mestrado de Silva (2003), ao apresentar e analisar o histórico do sistema público de trabalho e emprego até os moldes atuais, afirma que a política de trabalho e emprego posta em prática pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Brasil assenta-se sobre os princípios da democratização e participação a partir da Constituição brasileira de 1988, pois:

[...] previu de forma mais organizada a implantação de um Sistema Público de Emprego, nos moldes propostos pela Convenção 88 da OIT. Estas proposições foram implementadas e regulamentadas pelo Congresso Nacional através da Lei 7.998/90, que instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, organismo pautado a partir das prescrições da OIT. (SILVA, 2003, p.57).

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil-financeira vinculado ao MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial; pelo menos 40% da receita são transferidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) para financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico.

De acordo com o Artigo 239 da Constituição Brasileira, a principal fonte de recursos para a receita do FAT são as arrecadações decorrentes das contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Este mesmo artigo cria uma contribuição adicional ao seguro-desemprego, de empresas com alto índice de rotatividade de força de trabalho, do produto dos encargos devidos pelos contribuintes - multas, juros e correção monetária por infração à legislação trabalhista - e reafirma como direito adquirido os patrimônios acumulados nas contas individuais dos participantes do PIS/PASEP, mantendo-se os critérios de saque nas leis específicas,

A Lei 7.998/90 instituiu também o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), que é um órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo e tripartite, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo. O CODEFAT tem como atribuição: elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos, acompanhar e avaliar seu impacto social e propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas e no controle social (análise das contas, dos relatórios e fiscalização da administração).

As principais ações de emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno de dois programas: 1. o Programa do Seguro Desemprego e 2. o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER).

1. O Programa de Seguro Desemprego é responsável pelo tripé básico das políticas de emprego: 1. benefício do seguro-desemprego (promove a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude de dispensa sem justa causa); 2. intermediação de mão-de-obra (busca recolocar o trabalhador no mercado de trabalho de forma ágil e não onerosa, reduzindo os custos e o tempo de espera de trabalhadores e empregadores) e 3. qualificação social e profissional [por meio do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), visa à qualificação social e profissional, certificação e orientação, com prioridade para os trabalhadores discriminados no mercado de trabalho por questões de gênero, raça/etnia, faixa etária e/ou escolaridade].

Essas ações são executadas por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE), entidades contratadas pelos Estados, Municípios e consórcios de Municípios, além de outras entidades conveniadas diretamente com o MTE, com a participação das Comissões de Emprego (CE). As Comissões de Emprego - estaduais e municipais - são responsáveis pela definição das ações prioritárias, com participação da sociedade e governo na implantação das políticas de geração de emprego e renda. Têm formação tripartite e paritária e são reconhecidas pelo CODEFAT pelas resoluções nº 60, nº 80 e suas sucessivas modificações.

2. O Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), nas modalidades urbano e rural, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais criados pela Lei nº 8.352, de 28.12.1991, são voltados em sua maioria para micro e pequenos empresários, cooperativas e para o setor informal da economia – associam crédito e capacitação para que se gere emprego e renda.

Os recursos orçamentários do FAT são depositados junto às instituições oficiais federais - Banco do Brasil S/A. (BB), Banco do Nordeste S/A. (BNB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco da Amazônia (BASA), Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) - que funcionam como agentes financeiros dos programas.

Nesse sentido, o poder público propõe como ações do PROGER: 2.1. as Políticas Públicas de Qualificação e de Aprendizagem Profissional, 2.2. o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e 2.3. o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. Tais iniciativas governamentais podem ser compreendidas como estratégias políticas e sociais que se articulam como respostas do poder público, em parceria com a iniciativa privada, à questão do desemprego.

A necessidade de se pensar em alternativas de inserção no mundo do trabalho, diante das transformações advindas do processo de acumulação do capital, tem contribuído para o

surgimento de inúmeras iniciativas de organização dos trabalhadores dentro de espaços conhecidos como Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares instituídos pelo PRONINC⁴, assim como através de associações e cooperativas dentro da perspectiva da Economia Solidária. As ações no campo da Economia Solidária têm se apresentado não somente como possibilidade de geração de trabalho e renda, mas também como uma outra forma de organização e de relações de trabalho, fundamentadas nos princípios do cooperativismo, entre outros.

Reconhecendo essa necessidade e atendendo às reivindicações da sociedade civil organizada por uma política pública que contemplasse os segmentos que compunham o Movimento de Economia Solidária, a partir de 2003, com a chegada ao poder de um governo popular, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

O MTE⁵ foi criado em 26 de novembro de 1930 pelo Presidente Getúlio Vargas através do Decreto nº 19.433, inicialmente com o objetivo de evitar possíveis conflitos decorrentes da contradição entre os interesses do capital e do trabalho, cumpriu sua função através da criação de medidas principalmente nos campos sindical e trabalhista. O objetivo destas ações era colocar sob a tutela do Estado, sindicatos dos empresários e dos trabalhadores, para conter o avanço significativo de suas reivindicações e mantê-los sob controle. Paralelamente, alguns benefícios sociais eram concedidos ao trabalhador: garantias como salário mínimo, férias anuais, descanso semanal, Justiça do Trabalho, entre outras. Desta forma:

A implementação de políticas públicas de trabalho e emprego se configura em um cenário de transformações sociais, econômicas e políticas de toda ordem. A questão social no nosso país está relacionada à existência de uma estrutura extremamente complexa de discriminações e desigualdades resultantes de um longo processo histórico. Tantos problemas com raízes no passado evidenciam o Brasil como um país muito desigual. (SILVA, 2003, p.55)

⁴ O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas surgiu em 1998, contando inicialmente com 6 ITCP's. Atualmente com 41 Universidades em 16 estados brasileiros. Santa Catarina possui 3 ITCP's: FUNOESC, UNOCHAPECÓ E FURB. Da relação entre as ITCP's foram criadas: a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a Rede Interuniversitária de pesquisa e estudos sobre o Trabalho (UNITRABALHO). O PRONINC com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretária Nacional de Economia Solidária, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação Banco do Brasil, o Banco do Brasil e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP) pretende "fortalecer esta experiência exitosa de relação de universidades brasileiras com grupos populares buscando, através do intercâmbio de conhecimentos e do acompanhamento das universidades, feito pelo processo de incubagem, trabalhar na inclusão social através da geração de trabalho e renda por iniciativas autogestionárias e solidárias de organização do trabalho". Disponível em < <http://www.acompanhamentoproninc.org.br> >. Acesso em 30.10.07.

⁵ Passou a ter essa denominação por meio da Medida Provisória nº 1.799, de 1 de janeiro de 1999.

Diante das mudanças no mundo do trabalho, a partir de 2006 o MTE tem como Missão⁶: “Promover políticas de emprego, trabalho e renda, garantindo políticas de desenvolvimento orientadas pela inclusão social, e assegurando condições de trabalho dignas, a promoção de um novo contrato social das relações de trabalho e o estímulo ao empreendedorismo e às atividades econômicas orientadas pela Autogestão”. Atendendo desta forma os trabalhadores e trabalhadoras do movimento de Economia Solidária.

A SENAES, cujo secretário é o Paul Singer, foi criada através do Decreto nº 4.764 de 24 de junho de 2003 e tem por objetivo “viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional”. A SENAES está dividida em três eixos de ação:

- primeiro eixo: educação e divulgação - sob a responsabilidade do Departamento de Estudos e Divulgação;
- segundo eixo: contatos e parcerias – Departamento de Fomento à Economia Solidária;
- terceiro eixo: ações que combinem a reforma da legislação do trabalho e cooperativa e orientações estratégicas sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego⁷.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento⁸ é o conjunto de propostas por meio das quais a SENAES pretende agir para o “fortalecimento e a consolidação da economia solidária no País, mediante políticas integradas visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário”.

Em sua primeira reunião de Planejamento, realizada em agosto de 2003, a SENAES definiu seus dois objetivos estratégicos: 1) promover, articular e fomentar a Economia Solidária no Brasil, visando à transformação social e 2) combater a pobreza e a desigualdade social por meio da Economia Solidária.

Conforme Singer (2002), constitui-se como um mecanismo de enfrentamento à pobreza que pode tornar-se uma nova economia, caso amplie e universalize o acesso às formas de trabalhar e viver cooperativamente e seja capaz de prover o bem-estar do trabalhador por meio do seu trabalho e renda. A Economia Solidária agrega um conjunto de atividades econômicas, organizadas em rede, tanto na produção, distribuição, consumo, como na poupança e crédito, com princípios de autogestão da propriedade coletiva do capital e participação democrática, cooperação e solidariedade.

A SENAES, por ser vinculada ao MTE, atribuiu novas ações vinculadas ao Programa Nacional de Economia Solidária que envolveu as Delegacias Regionais do Trabalho (DRT)

⁶ Missão anterior: “Implementar políticas de Trabalho e Renda, promovendo a inclusão social e assegurando ao cidadão condições dignas de trabalho”.

⁷ O atual Ministro do Trabalho e Emprego, desde 03.04.07, é o Sr. Carlos Lupi.

⁸ Disponível no site www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentação.pdf

nas atividades desenvolvidas, sendo um dos desafios colocados, o Mapeamento, ou seja, a participação na realização de um diagnóstico que tornou visível a Economia Solidária em todos os Estados brasileiros e cujas informações constituem o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Sistema que tornou possível subsidiar Políticas Públicas e fortalecer a relação entre os empreendimentos principalmente no que diz respeito a comercialização e a divulgação.

O Plano de Ação dentro do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento (PPA 2004/2007) tem as seguintes metas a serem alcançadas junto às DRT's:

- Mapeamento da Economia Solidária para completar 100% (dos estados brasileiros):
- Consulta Pública do Anteprojeto de Lei das Cooperativas de Trabalho:
- Acompanhamento, monitoramento e apoio a projetos e ações
- Realização da Conferência Estadual e Nacional de Economia Solidária⁹
- Formação dos agentes de economia solidária nas DRT's.

Conforme o exposto, o Movimento de Economia Solidária trouxe um diferencial para a Política de Trabalho e Emprego, ao garantir o reconhecimento dos(as) trabalhadores (as) envolvidos nesse processo. Além disso, promoveu direta e indiretamente a articulação interministerial, ou seja, entre o MTE, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Pode-se afirmar que é uma tendência de política pública que está se materializando no Projeto de Promoção de Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES)¹⁰, mesmo com todas as limitações impostas pela forma com que foi concebida, e no Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia solidária (SECAFES)¹¹ da Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA.

⁹ A Conferência Estadual de Economia Solidária foi realizada em Lages (Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC) nos dias 26 e 27 de maio de 2006 e a Conferência Nacional de Economia Solidária em Brasília dos dias 26 a 29 de junho de 2006. O tema discutido foi "Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento". Este tema voltará a ser desenvolvido na seção 3.

¹⁰ O PPDLES executado pela Fundação Universidade de Brasília (FUB/UNB) tem por objetivo "promover ações de fomento e apoio ao desenvolvimento local solidário, com vistas à geração de trabalho e renda, disseminando, promovendo e implementando ações em comunidades pobres e em territórios que possuam potencial para o desenvolvimento de novas atividades econômicas, estimulando, em especial, a organização de empreendimentos coletivos solidários". Abrangendo 26 estados, mais o DF, está organizada em uma coordenação central e 1 coordenador para cada estado (27) e atualmente conta com 560 Agentes de Desenvolvimento Local. Mais informações na página < <http://ppdlesnacional.blogspot.com/> >.

¹¹ "Os SECAFES consistem num conjunto de ações ligadas diretamente ao processo de comercialização no âmbito da agricultura familiar e economia solidária, sendo formado por um conjunto de atividades e parcerias integradas no apoio ao processo de comercialização, que visa articular as políticas e projetos já disponíveis desde as unidades familiares de produção até as cidades de maior porte em cada território." (SECAFES, 2007, p.2) Tendo como principal estratégia as Bases de Serviço de Comercialização (BSC) que estão sendo implementadas nos Territórios.

A partir do colocado até aqui, destaca-se o crescimento e o avanço das Políticas Públicas de Trabalho e Emprego, sinalizando para uma gestão democrática e favorecendo o protagonismo da sociedade civil; no entanto, é insuficiente por se tratar principalmente de uma questão entre o Capital e o Trabalho. Assim sendo, a análise feita por Silva, em 2003, de que a Política de Trabalho e Emprego no Brasil é “deficitária ou quase inexistente a articulação entre as políticas de seguro-desemprego, qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra e programa de geração de trabalho e renda, o que compromete a sua execução, sua visibilidade e a avaliação quanto a eficácia.” (p.106), continua atual.

2. SUSTENTABILIDADE

2.1. Sustentabilidade, desenvolvimento e meio ambiente.

Tratar do tema “sustentabilidade” remete o nosso olhar ao “Homem e sua relação com a natureza”. Pois, conforme Karl Marx, o homem, através do trabalho, criou ferramentas para transformar a Natureza e desta forma suprir suas necessidades.

A realidade contemporânea demonstra que essa relação produziu por um lado o avanço da ciência e tecnologia e, por outro, um alto nível de degradação social e ambiental. Estas últimas são expressões da questão social, oriundas da contradição capital/trabalho numa sociedade de classes, que suscitam respostas urgentes. Respostas que têm-se mostrado insuficientes e indicam a necessidade de novos conceitos, idéias e percepções que orientem os processos de desenvolvimento, a construção de um novo paradigma ou conforme Capra, (1999, p.29) “uma mudança profunda no pensamento, percepções e valores que formam uma determinada visão da realidade”.

Desta forma, constata-se uma tendência cada vez maior na recuperação de uma visão holística sobre a relação entre o meio ambiente natural e os seus habitantes, na tentativa de superar a visão economicista e antropocêntrica que justifica a exploração ilimitada dos recursos naturais e de homens. Surge então, o termo “sustentável” para definir a “inter-retro-relação de tudo com tudo”, conforme Camargo apud Milanez (2003, p.78).

Ao refletirmos sobre a “sustentabilidade” no contexto de um mundo globalizado, alguns termos se apresentam: vida, meio ambiente, homem, terra, necessidades, trabalho, sociedade do produtivismo e consumismo e desigualdade social. O que supõe dimensões como a ecológica (qualidade de vida), social (equidade) e econômica (rentabilidade); no entanto, estas dimensões não podem ser concebidas separadamente nem hierarquicamente.

Portanto, não é possível falarmos de “sustentabilidade” sem ser através de um novo paradigma, o da visão sistêmica, holística, conforme Guimarães (mimeo,1997) que “preserve a vida, garanta o sustento humano e que refunde o pacto do ser humano com a natureza [...] Na verdade não existe meio ambiente, mas sim a comunidade de vida”, citando Capra (1999), que também é defensor da “ecologia profunda”:

[...]. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos

cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos). (CAPRA, 1999).

Durante a reunião da Cúpula do Milênio das Nações Unidas, em setembro de 2000, foi assinada a Declaração do Milênio das Nações Unidas. Esta declaração é um compromisso assumido por 191 países, no qual o Brasil é signatário, e sintetiza objetivos e metas para o monitoramento do desenvolvimento humano. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são oito: 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. Atingir o ensino básico universal; 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental e 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

No Brasil, alguns ODM, ainda que de forma incipiente e fragmentada, se transformaram em referência para a política pública. Citando alguns exemplos: criação de Ministérios e Secretarias especiais que implementam Programas (exemplo: Bolsa-Família, Primeiro Emprego, etc) condicionados à frequência às aulas; os itens 4, 5 e 6 são prioridade do Programa Saúde da Família (PSF) e o item 8, do Programa Casa Brasil. Com relação ao item 7, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), para as dimensões da Sustentabilidade abaixo, só serão possíveis ancoradas em princípios:

1. Sustentabilidade social: ancorada no princípio da equidade na distribuição de renda e de bens, no princípio da igualdade de direitos a dignidade humana e no princípio de solidariedade dos laços sociais.
2. Sustentabilidade ecológica: ancorada no princípio da solidariedade com o planeta e suas riquezas e com a biosfera que o envolve.
3. Sustentabilidade econômica: avaliada a partir da sustentabilidade social propiciada pela organização da vida material.
4. Sustentabilidade espacial: norteada pelo alcance de uma equanimidade nas relações inter-regionais e na distribuição populacional entre o rural/urbano e o urbano.
5. Sustentabilidade político-institucional: que representa um pré-requisito para a continuidade de qualquer curso de ação a longo prazo.
6. Sustentabilidade cultural: modulada pelo respeito à afirmação do local, do regional e do nacional, no contexto da padronização imposta pela globalização.

Essas dimensões estão sistematizadas para uma melhor compreensão, não significando que possam existir isoladamente, pois estão interconectadas numa relação dinâmica. Este fato nos remete à ação humana que, ao mesmo tempo em que é a maior causadora da impossibilidade

da sustentabilidade, tem a responsabilidade de construir a viabilização da mesma. Capra (1999) explicita bem essa situação “Hoje, a transição para um futuro sustentável, já não é um problema técnico ou conceitual é um problema de valores, vontade política e liderança”.

Sob o prisma do processo civilizatório, pode-se considerar dois documentos como emblemáticos dessa transição – a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” de 1948 e a “Carta da Terra”¹² de 2000, por se tratarem de conjunto de princípios e valores fundamentais que norteiam a conduta de pessoas e Estados – como cartas de povos instituindo consensualmente um código universal. O primeiro documento trata da “cidadania” e o segundo da “cidadania planetária”; isto supõe um novo patamar no processo civilizatório, pois, conforme Boff, em entrevista na abertura do Seminário Estadual sobre Educação Popular em Porto Alegre, no dia 22/05/02:

(...) não só o ser humano vai ser defendido, mas a Terra como um sistema e os ecossistemas e cada ser vivo vão ser considerados como uma subjetividade que deve ser respeitada na sua autonomia, ganham uma certa cidadania, pertencem à dimensão da sociedade humana, e isso permitiria um novo estado de consciência global adequado à essa gravidade. O ser humano se forçaria a rever atitudes, hábitos, assumir valores que criem uma função salvacionista: Salvar a Terra e a vida dentro dela. (BOFF, mimeo, 2002).

Diante do exposto, algumas questões têm que ser explicitadas. O modo como organizamos nossa vida tem-se mostrado perverso para a maioria dos seres que habitam o planeta Terra (pobreza, exclusão social, esgotamento dos recursos naturais, genocídio etc.). Os efeitos da globalização em suas várias dimensões – econômica, política, social, ambiental e cultural – têm-se mostrado positivos apenas para as pessoas que têm acesso aos bens produzidos por ela. Esta sociedade que construímos, a forma como a organizamos, a própria constituição originária da sociedade é que se põem em crise. De acordo com Furtado apud Silva (2004):

O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana.

Desta forma, é consenso que o atual estágio do modo de produção capitalista, por ter como característica principal a acumulação de capital justificada por si mesma e a apropriação deste capital por poucos, não propicia a valorização da vida, pois é baseada na expansão ilimitada, competição excludente e utiliza o planeta como fonte de recursos inesgotáveis. Se as regras são essas, a “sustentabilidade” – capacidade de satisfazer as necessidades sem diminuir as

¹² Este documento que foi discutido e elaborado por um grupo, do qual fazem parte Boff e a Unesco, entre outros, ainda não foi apresentado à ONU.

perspectivas das gerações futuras, num processo complexo, circular, de inter-retro-dependências, sem explorar ou marginalizar ninguém – não se concretizará.

Acumulação de Capital e Sustentabilidade, impossibilidade de coexistência, são processos antagônicos, a ação de um inviabiliza a do outro. Assim sendo, pensar num projeto societário que contemple a vida otimizando a satisfação das necessidades humanas básicas só será possível em um outro modo de produção.

Numa tentativa de qualificar a questão apresentada, partiremos da especificação de Necessidades Humanas Básicas (NHB) de Pereira (2000). Conforme a autora, estes não foram especificados, apesar do avanço significativo das NHB nos Relatórios de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) serem compreendidas como Desenvolvimento Humano, o que será possível somente se “oportunidades essenciais” forem acessadas, conferindo o caráter humano e social ao conceito de necessidade:

“[...] o acesso à renda é apenas um dos componentes do desenvolvimento e, por isso, não é considerado um fim em si mesmo, mas um meio de adquirir bem-estar humano, que inclui: uma vida prolongada, conhecimento, liberdade política, segurança pessoal, participação cumulativa e direitos humanos garantidos. [...] processo de ampliação de oportunidades, no qual as pessoas, tanto individual como coletivamente possam desenvolver todos os seus potenciais e levar uma vida produtiva e criativa conforme suas necessidades e interesses.” (PEREIRA, 2000, p.62)

Analisando o trabalho de Doyal e Gough (1991) (*A theory of human need*) - que distingue três conceitos distintos: 1. necessidades básicas; 2. necessidades intermediárias e 3. *wants* (aspirações, preferências ou desejos) - a autora conclui que as necessidades humanas básicas como categorias objetivas e universais a serem satisfeitas concomitantemente são: “saúde física e autonomia”. Considera as duas categorias como condições prévias, ou precondições, “cuja satisfação adequada poderá impedir a ocorrência de sérios e prolongados prejuízos à participação social e à libertação do ser humano de qualquer forma de opressão”.

Pereira distingue a noção de “mínimos sociais” e “necessidades básicas” ao criticar que as NHB não podem reduzir-se ao mínimo, renegando o mínimo para sobrevivência como um padrão aceitável - Políticas Sociais - e classifica os 11 “satisfadores universais”¹³ ou “necessidades intermediárias” como insuficientes para a mediação da satisfação quando defrontados com necessidades locais de grupos específicos. Afirma que “embora as

¹³ A autora argumenta também que as 11 categorias - 1. alimentação nutritiva e água potável; 2. habitação adequada; 3. ambiente de trabalho desprovido de riscos; 4. ambiente físico saudável; 5. cuidados de saúde apropriados; 6. proteção à infância; 7. relações primárias significativas; 8. segurança física; 9. segurança econômica; 10. educação apropriada; 11. segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto - agrupadas são acompanhadas de indicadores sociais definidos negativamente. (2000, p.76).

necessidades básicas sejam universais, os seus *satisfiers* (bens, serviços, atividades, relações) nem sempre o são” (p.84).

No texto “Ecologia Social em face da pobreza e da exclusão”, de Leonardo Boff, (1999, p.41-66) ao refletir sobre “a crise do tipo de civilização que criamos a partir dos últimos 400 anos”, são elencadas três críticas denunciando as causas dessa situação: 1. feita pelos movimentos de libertação dos oprimidos – modelo social que não consegue criar riqueza sem ao mesmo tempo gerar pobreza - que “postula um desenvolvimento que atenda às demandas de todos e não apenas às dos mais fortes, uma economia do suficiente para todos”; 2. feita pelos grupos pacifistas e da não-violência ativa – desenvolvimento desigual produz muita violência, que é consequência direta da dominação de países que detêm poder tecnocientífico – “postula um modelo social que chegue à justiça mediante a democracia social”; 3. feita pelos movimentos ecológicos – modelos de sociedade e de desenvolvimento baseados no “sistema industrialista” não conseguem produzir riqueza sem simultaneamente produzir degradação ambiental – postulam uma consciência coletiva pela sobrevivência do planeta e conclui que:

Importa hoje articular todas essas frentes críticas ao sistema imperante, visando ao surgimento de um paradigma novo de civilização e de sociedade, na qual todos possam caber e onde imperem relações mais benevolentes para com o meio ambiente. (1999, p.47).

Boff identifica a I Conferência Internacional sobre meio ambiente realizada em Estocolmo em 1972 e organizada pelas Nações Unidas, como o espaço onde se deu o confronto das duas visões básicas dos países do Norte – ambientalista – e dos países do Sul – político-social – e de onde surgiu uma vertente forte, latino-americana denominada de “ecologia social”. Dentre as várias formulações teóricas, considera a definição de Eduardo Gudynas de ecologia social: “é o estudo dos sistemas humanos em interação com seus sistemas ambientais” (p.51), onde “sistemas humanos” abarcam os seres humanos individuais, as sociedades e os sistemas sociais e os “sistemas ambientais” comportam componentes naturais, civilizacionais e humanos. Afirma ainda que, a ecologia social vem acrescentar as questões econômicas, políticas, sociais, educacionais, urbanísticas e agrícolas no campo de consideração da ecologia e conforme Ingemar Edstrom, “a ecologia chegou a ser uma crítica e até uma denúncia do funcionamento das sociedades modernas” (p.53), onde a tomada de consciência sobre as questões ecológicas globais implica em reconhecer a situação de exploração dos países do Sul pelos do Norte.

Desta forma, se existe uma visão compartilhada em relação ao sistema de produção dominante, por que a articulação desses dois movimentos de resistência é tão difícil?

Para subsidiar a reflexão das dificuldades dessa articulação, fez-se necessário uma investigação do que os pensadores dos denominados “Movimento Verde” e “Movimento Vermelho”, respectivamente “ecológicos ou nova esquerda” e “trabalhistas/operários ou esquerda tradicional”, têm produzido, partindo do pressuposto de Morin apud Boeira (2002, p.3) de que “os sistemas de idéias são radicalmente organizados em virtude dos paradigmas”, neste caso o da complexidade¹⁴, em contraposição ao mecanicista-reducionista.

Desta forma, para entender a aproximação entre ecologia e marxismo, os autores inspirados pelo trabalho de James O’Connor (Alain Lipietz, Jean-Marrie Harribey, Michael Lowy) foram selecionados entre tantos outros para esta empreitada, que não pretende aprofundar nem esgotar o tema.

Lipietz (2003), em “A ecologia política e o futuro do marxismo”, afirma que existe uma similaridade de paradigmas entre os “vermelhos” e “verdes”: o materialismo, o historicismo dialético e uma orientação progressiva, e que por esta razão cada vez mais militantes e intelectuais, advindos do movimento trabalhista de inspiração marxista, estão se encontrando no campo ecológico. Considera os dois movimentos como “modelos de esperança”, mas aponta duas diferenças: a ecologia política rejeita a primazia das forças produtivas e

[...] define o progresso apenas como uma tendência - definida em termos de certos valores éticos ou estéticos (solidariedade, independência, responsabilidade, democracia, harmonia). Não há nenhuma garantia real de que o mundo realmente se moverá nesta direção (como na da “socialização das forças produtivas”). Assim, o materialismo histórico e dialético dos verdes é não-teleológico, portanto, até um pouco pessimista. (LIPIETZ, mimeo, 2003)

Assim sendo, apesar de se oporem à exploração e à opressão, de serem anticapitalistas, não conseguem identificar o ponto da mudança, da revolução ou da “tomada do poder” para a esquerda. A ecologia política não sabe como “casar materialismo, ética e política”. Por outro lado, afirma que a tendência dos marxistas em reduzir a história natural da humanidade às atividades transformadoras dos homens leva a uma tendência em subestimar o aspecto irreduzível dos “constrangimentos externos” – ecológicos - entendidos como a conquista ou

¹⁴ Fleuri e Freitas, (mimeo, s/d) em seus estudos sobre a ontologia epistemológica de Maturana & Varela, Bateson e Morin, entre outros, elaboram algumas reflexões sobre a “complexidade”. “*Complexidade*, enquanto qualidade, estado e/ou padrão de organização; e *complexidades*, enquanto expressões estruturais desse padrão geral, especificadas num diversificado conjunto de unidades, a vários graus.” e “[...] epistemológica: ela é um certo tipo de qualidade, estado ou, mais exatamente, um padrão de organização que caracteriza o processo de cognição (*conhecer, saber*) da vida, como um todo, e de seus diversos componentes (sistemas vivos), em particular.” Concluindo: “[...] a complexidade como ontologia não pode ser separada da complexidade como epistemologia e nisto consiste, uma última e suprema característica do conceito de complexidade: ele se especifica numa indissolúvel unidade entre ontologia e epistemologia. É esta característica que, em última instância, garante a ruptura com todos os dualismos e reducionismos.”

domínio da Natureza. Ou seja, Marx enfatiza apenas os aspectos positivos das capacidades transformadoras do homem.

Sugere que, “assim como a teoria de Marx foi uma resposta ao problema-chave do século XIX, a elaboração de uma teoria e de um programa ecológico parece fadada a ser a resposta da humanidade ao grande problema do século XXI”, e que apesar de ainda não ter um persuasivo esquema global afirma ser a segunda opção a única satisfatória:

Como sempre ocorre nas revoluções paradigmáticas, dois caminhos estão abertos para nós. O primeiro é aquele da mudança cautelosa, podando os galhos mortos ou apodrecidos, relaxando sobre hipóteses muito poderosas, enriquecendo o imutável núcleo central com revisões secundárias. O segundo envolve uma substituição radical de paradigma: a reconstrução do materialismo ao redor de um novo enquadramento intelectual, usando partes recicladas das ruínas do velho paradigma marxista. (LIPIETZ, mimeo, 2003)

Harribey (2001), em seu artigo “Marxismo ecológico ou ecologia política marxiana”, afirma que o hegemônico modo de produção capitalista produz duas importantes degradações simultâneas: 1. de ordem social e 2. à Natureza e aos ecossistemas. Pondo em questão o encontro da crítica marxiana do capitalismo e a crítica do produtivismo dos ecologistas, aponta a conjunção de três acontecimentos que criaram essa aproximação: 1. o desaparecimento dos (anti) modelos socialistas, 2. a liberalização completa do capitalismo e 3. a convergência das mobilizações populares e das lutas sociais contra os danos da mundialização capitalista. Assim sendo, sugere a “fecundação mútua de dois paradigmas”, a ecológica e a marxista que surgirá da

[...] ultrapassagem completa e definitiva da forma tomada pelo marxismo tradicional enquanto movimento de pensamento e de ação inscrito num período histórico dado, aquele que, esquematicamente, se resumiu e reduziu à coletivização dos meios de produção sem que as relações sociais fossem minimamente modificadas. Inversamente, o pensamento da ecologia política não poderia aspirar ao título de novo paradigma se não lograsse integrar-se num conjunto mais vasto visando uma transformação social.” (HARRIBEY, mimeo, 2001)

Harribey (2001) coincide com Lipietz (2003), ao tentar distinguir o processo de trabalho em geral e o processo de produção capitalista e identifica como crítica ecologista na obra de Marx: “existe a possibilidade de as verdadeiras necessidades sociais não serem satisfeitas e de, pelo contrário, externalidades, ‘contra-utilidades’ sociais serem engendradas por um modo de produção ‘polarizado pelo lucro’”. Concluindo que “Marx teria em parte desprezado, embora estando consciente delas, as conseqüências ecológicas do desenvolvimento do capitalismo” ou ainda, “subestimado as condições naturais não manipuláveis” e de ter sido vítima do “mito do progresso” (HARRIBEY, mimeo, 2001).

Harribey cita Hans Jonas, que é considerado como o fundador de uma filosofia do respeito da vida e das condições da vida designadas de “princípio de responsabilidade”, por enfatizar a “renúncia à abundância”:

Tendo em conta os limites de tolerância da natureza, a promessa de abundância deve ser abandonada, nomeadamente porque será impossível fazer aceder os países subdesenvolvidos ao nível dos países desenvolvidos sem recorrer ainda mais ao progresso técnico, o que aumenta a contradição para com o princípio da responsabilidade. (JONAS (1990) apud HARRIBEY, mimeo, 2001).

Harribey (2001) afirma ainda que deve ser realizada uma aproximação da noção do “suficiente” de Gorz (1991, p.22): “o estabelecimento de uma norma do suficiente é incompatível – por via da autolimitação das necessidades e do esforço consentido que ela implica – com a busca do rendimento máximo que constitui a essência da racionalidade e da racionalização económicas”, ou seja, sustentabilidade não rima com acumulação de capital.

Ainda com o objetivo de contribuir para a fusão das duas ideologias, pois ambas têm lutas em comum, Harribey (2001) aponta como contribuição da ecologia ao marxismo a questão da “equidade intergeracional”. Sugere também que, para ligar ecologia e justiça social são exigidos três fundamentos de ordem teórica e prática: 1. elaboração de uma teoria da justiça que integre “teoria crítica da injustiça *hic et nunc*, teoria de uma sociedade justa e teoria para se ser justo numa sociedade ainda injusta”; 2. definição dos direitos de propriedade coletivos - bens que pertencem à Humanidade na sua totalidade, como o ar, a água e todos os recursos que condicionam a vida; 3. trabalho – partilha dos ganhos de produtividade e a diminuição da duração do trabalho.

Lowy (1999), em seu artigo “De Marx ao Ecosocialismo”, afirma que:

Hoje, o processo racional de “perseguição do lucro máximo” alcançou a etapa da globalização planetária, sob a égide de instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização do Comércio ou o G-7. (LOWY, mimeo, 1999)

E que os primeiros críticos desse modelo de civilização capitalista/industrial foram os românticos Rousseau no séc. XVIII e nos dias atuais Thompson. O romance de Charles Dickens “Tempos Difíceis” também descreve a cidade industrial como uma “vilã cidadela”. Coloca o socialismo e a ecologia como herdeiros da crítica romântica em face dos objetivos comuns:

“[...] a superação da racionalidade instrumental, da autonomização da economia, do reino da quantificação, da produção como objeto em si, da ditadura do dinheiro, da redução do universo social ao cálculo das margens de rentabilidade e à necessidade da acumulação do capital.”. (LOWY, mimeo, 1999)

Tanto “os vermelhos” quanto “os verdes” reivindicam valores qualitativos e concebem a economia como “encaixada” no meio ambiente social e natural. Lowy concorda que existem divergências de fundo entre marxistas e ecologistas: os ecologistas acusam Marx e Engels de produtivismo, no entanto afirma que, nos escritos deles, “encontra-se matéria para alimentar as duas interpretações”. Após análises de trechos do “Capital” de Marx e de “A dialética da natureza”, de Engels, que fundamentam esta afirmação, ele conclui que o grande desafio colocado para o século XXI para o pensamento marxista é a questão ecológica: “Ela exige dos marxistas uma profunda revisão crítica de sua concepção tradicional das ‘forças produtivas’ assim como uma ruptura radical com a ideologia do progresso e com o paradigma tecnológico da civilização industrial moderna”. (LOWY, mimeo, 1999)

Com relação aos ecologistas, especificamente os dos países da Europa, diz que sua grande contribuição foi a construção de uma crítica que contribuiu para a tomada de consciência dos perigos que ameaçam o planeta, em consequência do atual modo de produção e consumo. Entretanto, “sua principal fraqueza é a de ignorar a conexão entre o produtivismo e o capitalismo, o que conduz à ilusão de um ‘capitalismo limpo’ ou de reformas capazes de controlar seus ‘excessos’, por exemplo, as ‘ecotaxas’” (LOWY, mimeo, 1999). Denominando algumas atitudes separatistas de “armadilhas” como “nem esquerda, nem direita” que ignora o movimento dos trabalhadores ou “ecologia profunda” que coloca todas as espécies vivas no mesmo plano – “Será justo considerar que o bacilo de Koch ou o anófele têm o mesmo direito à vida que uma criança doente de tuberculose ou malária?” (LOWY, mimeo, 1999) - defende o ecossocialismo como a fusão para a utopia revolucionária de um “socialismo verde” ou de um “comunismo solar”. O ecossocialismo não propõe que não se deva agir desde agora, mas também não tem ilusões sobre a possibilidade de “ecologizar” o capitalismo. Conclui afirmando que “é necessário que todos os movimentos sociais emancipadores estejam associados”, citando Jorge Reichman:

Esse projeto não pode renunciar a nenhuma das cores do arco-íris; nem ao vermelho do movimento operário anticapitalista e igualitário; nem ao violeta das lutas em favor da libertação da mulher; nem ao branco dos movimentos não-violentos em favor da paz; nem ao antiautoritarismo negro dos libertários e anarquistas. E, ainda menos, ao verde da luta em prol de uma humanidade mais justa e livre em um planeta habitável. (REICHMAN apud LOWY, mimeo, 1999).

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1. Histórico e Trajetória

A Economia Solidária é um fenômeno que a cada dia tem tido maior visibilidade, seja no plano social, econômico ou político. No entanto, sua gênese está ligada ao surgimento do capitalismo industrial e da organização dos trabalhadores, conforme Singer (2002), pois desde 1828 se encontra registro de cooperativas. Robert Owen, economista, foi um dos principais divulgadores do cooperativismo, colocando na prática os ideais que defendia.

Owen criou a indústria têxtil de New Lanark limitando o tempo de trabalho e proibindo o emprego de crianças; nos EUA, criou a colônia cooperativa New Harmony; em 1832, na National Equitable Labour Exchanger, criou o “bônus de trabalho” como um sistema de bolsa de trocas; e, em 1833, a Grand Nacional Consolidated Trades Union, que representava 500 mil trabalhadores organizados em cooperativas. Singer considera este período como “[...] a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de ‘cooperativismo revolucionário’, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida” (SINGER, 2002:35).

Enfatiza o cooperativismo como revolucionário porque os trabalhadores não reivindicavam melhores condições de salário e de trabalho, mas se uniam em cooperativas para substituir os empregadores no mercado. Desta forma, “[...] A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão”. (SINGER, 2002, p.29).

Em 1844, foi criada a cooperativa de consumo de Rochdale (Pioneiros Equitativos de Rochdale), cujos princípios adotados passaram a ser os princípios universais do cooperativismo:

1. haveria democracia na sociedade, para cada sócio um voto;
2. a sociedade seria aberta para quem quisesse participar desde que integrasse a cota de capital mínima igual para todos;
3. qualquer dinheiro investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria a seu possuidor qualquer direito adicional de decisão;
4. tudo que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive o juro, será distribuído entre os sócios em proporção as compras que fizessem na cooperativa;
5. todas as vendas seriam à vista;
6. os produtos vendidos seriam sempre puros e de qualidade;
7. a sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios de cooperativismo;
8. a sociedade seria neutra política e religiosamente. (SINGER, 2003, p.19)

Com o fim dessa iniciativa, em 1864, quando se transformou em empresa capitalista, somente em 1956, na Espanha, é que se encontra outra experiência: a cooperativa de produção, de serviços, de seguro social e banco, conhecida como o complexo de Mondragón¹⁵, em atividade até os dias atuais.

A Economia Solidária entendida como um movimento de resistência do Trabalho frente ao Capital, num processo de libertação dos trabalhadores, conforme Nascimento (mimeo, 2004), significa “uma nova expressão do movimento cooperativista frente a nova etapa do capitalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho, sob hegemonia da globalização financeira”, onde a autogestão é entendida como um ideal de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção, o “socialismo autogestionário”.

Este mesmo autor toma como referência Branko Horvart, em “Socialismo Autogestionário” (CECA-CCS, 1990), para demonstrar a existência histórica de uma “corrente autogestionária socialista”, onde das 4 ondas de acontecimentos identificadas da história da classe operária, acrescenta o Movimento da Economia Solidária como uma 5ª onda. São elas:

- 1] O movimento dos “visionários” como Robert Owen e a Gestão Operária; Fourier e os Falanstérios; Louis Blanc e as Oficinas Nacionais; Lassale e as Oficinas Autogestionárias; Proudhom e o Mutualismo; Williams Morris e os pequenos grupos espontâneos; Theodor Hertzka e as Comunas Autogestionárias;
- 2] Grupos e movimentos sociais = Marxismo, Anarquismo. Sindicalismo, Socialismo Corporativo;
- 3] Revoluções ou experiências práticas de autogestão: A Comuna de Paris (1871); a revolução Russa (1905); a revolução Socialista de Outubro de 1917; a revolução húngara de 1919; a revolução Alemã de 1919; a Revolução Italiana de 1919; a Revolução Espanhola de 1936; a Revolução Argelina de 1962; as revoluções no Leste europeu: na Hungria em 1956; na na Polônia em 1956; a Revolução Theca da “Primavera de Praga” em 1968; o movimento social Solidarnosc, Polônia 1980/1981. Diversas experiências de práticas autogestionárias na Europa nos anos 60 e 70, sobretudo na França (tipo LIP), na Itália e em Portugal.
- 4] Novos sistemas de autogestão, como experiências de organização na produção (co-gestão, consultas coletivas, delegados sindicais, etc), a autogestão como sistema na Jugoslávia, a partir de 1950.
- 5] Uma onda mais recente, caracterizada pela existência em diversos países, do Movimento da Economia Solidária. (NASCIMENTO, mimeo, 2004)

¹⁵ Mais informações na página da Internet www.mcn.es/esp/index.asp .

Coloca como diferencial do Movimento da Economia Solidária a volta aos princípios da solidariedade, da democracia, da igualdade e da disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana. Retomando a idéia de Rosa Luxemburgo da “Experimentação Social”, afirma que “é agindo coletivamente que as massas aprendem a se autogerir. Não há outro meio de apropriação crítica da ciência” (NASCIMENTO, mimeo, 2004). A autogestão é vista como idéia e como prática social e política de uma sociedade que se constrói por si mesma, “de baixo”, e não pelas iniciativas do Estado. Mas afirma que é tarefa de Governo defendê-la, pois a autogestão tem como fundamento o direito à experimentação de novas formas de vida e de trabalho, garantindo o exercício das liberdades públicas e privadas.

Na contemporaneidade, como manifestação de um movimento internacional de resistência à globalização capitalista, vem-se verificando o avanço de “uma nova consciência e de novas práticas sobre as relações de gênero, sobre o equilíbrio dos ecossistemas e sobre a economia solidária” que surgem na esfera da Sociedade Civil e não das esferas do Mercado ou do Estado. O Fórum Social Mundial, realizado em 2001, conforme Mance foi um desdobramento dos

[...] eventos de Seattle em 1999, nos Estados Unidos, e no ano seguinte em Davos na Suíça - quando um expressivo conjunto de organizações e movimentos manifestou-se contra a globalização que a Organização Mundial do Comércio tenta impor a todo o planeta - que nasceu o primeiro *World Social Forum*, transcorrido em Pádova, na Itália, em abril de 2.000, como um espaço de encontro de diversas redes no âmbito da solidariedade e da economia social e civil, com massiva participação de entidades italianas e de algumas redes que atuam internacionalmente. No centro deste evento, integrado a um salão da solidariedade e da economia social, estas organizações asseveravam coletivamente, em contraposição à globalização em curso, a necessidade de "maior democracia econômica e política". (MANCE, mimeo, 2001)

E afirma a importância da realização dos Fóruns Sociais Mundiais como “possibilidade de integração e realimentação das inúmeras redes que atuam na defesa das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas”, concluindo que “esse outro mundo já está brotando em inúmeros lugares nas práticas mais diversas centradas na solidariedade” (MANCE, mimeo, 2001).

3.2. Conceitos

Nishimura (2005), através da leitura de diferentes autores como: Singer (2002, 2002, 2003), Mance (2003), Tiriba (2000, 2003), Razeto (2001), Coraggio (2003), Gaiger (2001),

Arruda (2002), Lisboa (2001), Lechat e Schiochet (2003), Pinheiro (2000), elucida os principais aspectos das diferentes denominações encontradas acerca do tema Economia Solidária: Redes de Colaboração Solidária, Economia Popular, Economia Popular Solidária, Economia Popular de Solidariedade, Socioeconomia Solidária, Economia do Trabalho, Economia da Dádiva, Economia de Comunhão e Economia Moral. E afirma que apesar das diversas interpretações “em alguns aspectos há convergências, em outros pontos, divergências, mas que em vários pontos não são excludentes, mas sim complementares.” (2005, p.81)

Desta forma, as citações mais recorrentes são “ações que fomentem a solidariedade, cooperação, autogestão, prática democrática” e como princípios aqueles ligados à “reciprocidade, participação, igualitarismo, colaboração, comensalidade, respeito à natureza, liberdade, comunidade, ajuda mútua, justiça social, auto-sustentação, partilha, viabilidade, responsabilidade social, desenvolvimento humano e mutualismo”. (2005, p.82)

Na busca de compreender o processo em construção da Economia Solidária, estes mesmos autores entre outros, procuraram analisar e propor algumas definições. Conforme leitura de Nishimura dessas proposições:

Quanto à definição da Economia Solidária, têm-se as afirmações de Mance (2001), que aponta a perspectiva de como poderá ser uma “alternativa superior ao capitalismo”; as de Gaiger (2001), que “não é um modo de produção em sentido estrito, mas que incomoda a reprodução do capitalismo”; as de Tiriba (2000), que a aborda como a possibilidade de constituir-se em “embrião de uma nova cultura do trabalho”; as de Coraggio (2003), que se refere a possibilidade de se estabelecer “alianças entre trabalhadores e setores do pequeno e médio capital com primazia dos interesses dos trabalhadores”; e as de Razeto (2001), que a entende como uma “economia alternativa e não um modelo macroeconômico”. (2005, p. 83).

Na interpretação de Cattani (2003), a “Outra economia é plural” e com o objetivo de clarificar e precisar conceitos e teorias relacionados aos processos alternativos à economia capitalista, reuniu autores para apresentar alguns verbetes para subsidiar e estimular a produção de conhecimento. Dos 41 verbetes especializados foram selecionados aqueles que serão mais utilizados neste trabalho: **Solidariedade, Associativismo, Autogestão, Cadeias produtivas solidárias, Consumo solidário, Redes de Colaboração Solidária, Comércio justo, Desenvolvimento Local e Finanças solidárias.**

A **Solidariedade** “é uma palavra cada vez mais disputada” e diante da “forma genérica e indefinida” que ela vem sendo utilizada, Lisboa (2003, p.242-250) faz uma reflexão, considerando seu significado em vários momentos históricos, diferenciados ao longo do

tempo e espaço (territórios, países, culturas) e na concepção de diversos pensadores. Na reflexão da solidariedade “dos antigos e dos modernos” e da “nova solidariedade emergente”, Lisboa conclui que sua crescente afirmação “sinaliza o esgotamento de uma modernização radical, sendo parte de uma transição civilizatória”, indicado pela “emergência de utopias, estéticas e paradigmas novos”. Sendo assim, as experiências da economia solidária, por conterem tanto a recusa como a afirmação de um novo corpo social, têm a solidariedade como eixo central de uma nova sociabilidade, de um projeto societário alternativo ao capitalismo. No entanto, a solidariedade, se considerada isoladamente, não é suficiente; desta forma, a economia solidária surge como uma base produtiva “possuída por uma racionalidade sincrética”, pois conjuga três virtudes básicas e complementares: justiça, liberdade e solidariedade. Afirma ainda que

“a solidariedade não é pura emoção”, mas é também uma situação concreta que alimenta uma dimensão ontológica: como tudo está interconectado, também na vida social a reciprocidade é irremovível e faz parte da condição humana. Além do mais, a solidariedade humana é também atitude, compromisso político e ético com o destino comum que une a vida neste planeta.”. (LISBOA, 2003, p.245)

E que a solidariedade, como projeto político, não surge naturalmente, mas nas relações mútuas de confiança, e que para “sentir-se solidamente parte de um mesmo corpo” é exigido um esforço contínuo, onde o “desafio maior da construção de um mundo mais justo reside em conviver na diversidade, no reconhecimento do outro”. Portanto:

[...] A solidariedade é um objetivo civilizatório a ser alcançado (Attali), que se funda no reconhecimento da alteridade. No limite, a ética da solidariedade é a ética do amor, incluindo no extremo o difícil amor aos inimigos. Esta é a ética que carecemos desenvolver se quisermos sobreviver. (LISBOA, 2003, p.247)

Conforme Albuquerque (2003, p.15), por **associativismo** “entende-se o processo pelo qual uma ou mais pessoas e/ou grupo(s) decidem reunir-se de forma regular, mas não necessariamente contínua, para dar conta de demandas comuns”, onde a essência está “fundada na repartição do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo, que tem na cooperação qualificada a implementação de um outro tipo de ação social”. Nesse processo organizativo e plural, as formas mais freqüentes sob a perspectiva normativa são: associações filantrópicas, associações de moradores, associações de defesa da vida, associações culturais, desportivas e sociais, associações de classe e associações de trabalho. Resultando em três modalidades de organização: associações, cooperativas e sindicatos. Ele afirma que essa busca de espaços democráticos, fundamentados no exercício da cidadania, “sinalizam estratégias sociais que permitem o gerenciamento do

bem comum, tais como eleição como princípio de acesso e permanência no poder, controle de baixo para cima, transparência pública e vigilância organizada”. (ALBUQUERQUE, 2003, p.19-20).

Este mesmo autor, em seus estudos, afirma que a **autogestão** desde a sua origem sempre esteve relacionada com as lutas dos trabalhadores, portanto “são práticas sociais que se construíram, são localizadas, datadas e legitimadas historicamente” (p.21); no entanto, ainda é um “tema nebuloso”, que, por permitir “explicações falaciosas e equivocadas”, merece reflexão constante. Identifica que a sua leitura remete a aspectos diferentes, positivos e negativos, e que pode ser feita na “dimensão social”, como “tecnologia de gestão”, e como “crítica radical”. Albuquerque (2003) conclui afirmando que na “outra economia” como a essência da prática social está fundada no agir coletivo, na repartição do poder e do ganho, na união dos esforços e na cooperação qualificada, tanto a produção como a reprodução social promovem o desenvolvimento do indivíduo como sujeito social, e ressignificam as práticas sociais relacionadas à organização do trabalho.

Para Mance (2003, p.26-28) as **cadeias produtivas solidárias** que “compõem todas as etapas realizadas para elaborar, distribuir e comercializar um bem ou serviço até o seu consumo final.” possibilitaria à economia solidária tornar-se um modo de produção socialmente hegemônico, através da progressiva “remontagem” de suas redes, visando à sustentabilidade ecológica e social e integração dos empreendimentos organizados em rede. Desta forma, explica que:

A idéia básica dessa remontagem consiste em substituir fornecedores de insumos que operam sob a lógica do capital por fornecedores que operam sob a lógica da economia solidária; substituir insumos elaborados de maneira ecologicamente incorreta, por outros elaborados de maneira ecologicamente sustentável. (2003, p.26)

Para a consolidação dessa proposição, ou seja, aquisição de insumos para a produção provenientes de empreendimentos solidários, acrescenta que a “organização do consumo final e produtivo é fundamental”.

O **consumo solidário** (p.44-49), apesar de suceder a noção de consumo crítico – origem em posições dos movimentos ecológicos e de defesa dos consumidores - é diferenciado, pois é praticado com a compra de produtos e serviços que sejam oriundos somente da economia solidária, ou seja, como estratégia de enfrentamento da reprodução do capitalismo. Segundo Mance, significa:

[...] consumir bens ou serviços que atendam às necessidades e desejos do consumidor, visando: (a) realizar o seu livre bem-viver pessoal; (b) promover o bem-viver dos trabalhadores que elaboram, distribuem e

comercializam aquele produto ou serviço; (c) manter o equilíbrio dos ecossistemas; (d) contribuir para a construção de sociedades justas e solidárias. (2003, p.44)

O consumo na sociedade capitalista pode ser produtivo - insumos, energia etc., para a realização de um bem ou serviço – e final, “compreendido como acabamento do produto, fruição do bem ou serviço”. Em outra classificação, além do consumo solidário descrito acima, ele pode ser “alienado”, “compulsório” e “para o bem-viver”. Alienado é aquele praticado por influência da publicidade; compulsório é “aquele que se é obrigado a realizar para satisfazer necessidades biológicas, culturais e situacionais” e se busca o que for mais barato; “para o bem-viver” é aquele não influenciado pela publicidade e opção por aqueles produtos e serviços que sejam satisfatórios para o bem-viver individual.

Afirma que a difusão do consumo solidário:

[...] possibilitaria aos empreendimentos a venda de toda a sua produção e a geração de excedentes que, reinvestidos coletivamente, permitiriam montar novos empreendimentos autogeridos, remontando as cadeias produtivas e expandindo as redes, diversificando as ofertas e ampliando o seu número de consumidores. (MANCE, 2003, p.47).

Resultante da reflexão sobre as “práticas de atores sociais contemporâneos, compreendida desde a teoria da complexidade e da filosofia da libertação”, Mance (2003, p.219-225) apresenta a noção de **redes de colaboração solidária**:

A noção de rede é peculiar à teoria da complexidade, guardando traços advenientes da cibernética, da ecologia e de outras elaborações sistêmicas em diferentes áreas. A noção de rede coloca a ênfase nas relações entre diversidades que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no desenvolvimento de autopoiese em que cada elemento concorre para a reprodução de cada outro, na potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda a rede. Assim, a consistência de cada membro depende de como ele se integra na rede, dos fluxos de que participa, de como acolhe e colabora com os demais. (2003, p.219-220).

Afirma ainda que as ações de caráter econômico, político e cultural se realimentam nesse processo, pois as organizações de consumo, comércio, produção e serviço mantêm-se em permanente conexão em fluxos econômicos (valor, materiais, insumos) e fluxos de informação e cita quatro critérios básicos de participação nessas redes:

(a) que nos empreendimentos não haja qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; (b) preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas (respeitando-se, todavia a transição de empreendimentos que ainda não sejam ecologicamente sustentáveis); (c) compartilhar significativas parcelas do excedente para a expansão da própria rede; (d) autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração. (2003, p.220)

Para a viabilização desse processo, já foi identificado o Consumo crítico/ético e solidário e, sendo o comércio a outra face da moeda, Fretell e Roca, (2003, p.33-44), diante da impossibilidade de desenvolver essa relação de intercâmbio nos moldes do comércio internacional tradicional, dada à desigualdade imposta pelos acordos instituídos com os organismos multilaterais - Organização Mundial do Comércio (OMC), Acordo Multilateral de Inversões (AMI), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), entre outros – trazem o estudo das iniciativas de **comércio justo**.

Desta forma, os autores, além de conceituarem o comércio justo, indicam alguns princípios e objetivos. Entendem por comércio justo:

[...] a rede comercial de produção-distribuição-consumo orientada para um desenvolvimento solidário e sustentável, que beneficie principalmente os produtores excluídos ou em situação de desvantagem, impulsionando melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas neste processo (preço justo para os produtores, educação para os consumidores, desenvolvimento humano para todos). (FRETTEL e ROCA, 2003, p.36)

Afirmam que o comércio justo surge também como “um conjunto de práticas que se inscrevem em uma concepção dos intercâmbios, que rompe com o paradigma econômico e a visão de desenvolvimento imperantes” (p.37); portanto, uma experiência de solidariedade na economia, cujos princípios são: solidariedade, desenvolvimento sustentável e justo dos territórios e seus habitantes; cooperação; sustentabilidade – incorporação dos custos sociais e ambientais; equidade nas transações comerciais – entre países do Norte e os do Sul – modificando a tradicional divisão internacional do trabalho; relação mais direta e solidária entre os produtores e os consumidores e centralidade da pessoa humana, não se limitando ao intercâmbio mercantil e monetário.

Os objetivos elencados são:

Fazer evoluir as práticas comerciais para a sustentabilidade e a incorporação dos custos sociais e ambientais, incidir na tomada de consciência das pessoas e nas legislações nacionais e internacionais [...] Gerar a consciência nos consumidores do poder que têm de atuar a favor de intercâmbios mais justos [...] Impulsionar estratégias que busquem o equilíbrio entre os mercados locais internacionais [...] Promover as relações de equidade de gênero [...] Favorecer a expressão das culturas e dos valores locais, no contexto de um diálogo intercultural [...] Promover o desenvolvimento integral em nível econômico, organizativo, social e político. (FRETTEL e ROCA, 2003, p. 37-38).

As iniciativas na busca de relações de intercâmbio comercial mais equitativas tiveram sua origem na idéia de um comércio justo que consistia em “substituir as relações de assistência Norte/Sul por relações de solidariedade” (p.34). Desta forma, não é apenas uma relação comercial, mas também uma relação de cooperação e colaboração, onde também se promove

a “produção local possível e sustentável, geração de emprego, relações de equidade entre mulheres e homens e entre gerações, mobilização de valores ético-culturais, desenvolvimento a partir do espaço local.” (p.35); em outras palavras, o desenvolvimento local.

Jesus (2003, p.72-75), em seus estudos sobre o **desenvolvimento local**, traz algumas reflexões. A primeira é que é um esforço localizado e concertado de habitantes de um determinado território¹⁶ que se articulam com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida, partindo das potencialidades e recursos locais. A segunda é que no nível local existe a questão do “personalismo”; ou seja, por serem de tamanho reduzido, normalmente a liderança, as instituições, as empresas, possuem qualidades e defeitos conhecidos ligados à personalidade dos atores.

Sendo assim, citando Santos e Rodrigues, (2002, p.53), o desenvolvimento local é um “fenômeno humano e comunitário” e sugere a necessidade de “passar da imagem de comunidade fechada e estática (comunidade-fortaleza) para uma imagem de comunidade como uma entidade viva e dinâmica, aberta simultaneamente ao contato e à solidariedade com outras comunidades, em diferentes escalas [...]”. A terceira é a discussão das práticas da administração pública relacionadas com a centralização e a descentralização e das relações entre o público e o privado. E a quarta é a controvérsia da ação governamental, manifestada entre tendências neoliberal e progressista; entretanto, afirma que a “compreensão e a crítica em torno do desenvolvimento local supõem a compreensão e a crítica em torno de desenvolvimento” (JESUS, 2003, p.74).

Conforme, Coelho (2003, p.153-164), **finanças solidárias:**

se constituem em formas de democratização do sistema financeiro ao procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se num elo de integração e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade, construída sob a égide da ética e da solidariedade e criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente terá de ser integrado e sustentável. (2003, p.153)

Este conceito amplia a noção de microfinanças – sistema de pequenos créditos destinado a pessoas e empresas excluídas do sistema tradicional ou à população de baixa renda, principalmente voltado ao capital de giro – e se insere no campo da economia solidária como instrumento de democratização das relações econômicas e do mercado.

¹⁶ Conforme Coelho (2003, p.163) “[...] Pensar o território significa identificar as formas distintas de organização econômica, de relações próprias entre sistemas urbanos e agrários, as imposições em termos de mobilidade de trabalho, a história do lugar, sua cultura. Ou seja, significa pensar a sua construção social.”

Coelho (2003), ao estudar as várias experiências na construção de um sistema financeiro alternativo, que datam do século XVIII em Londres (Lending Charity), constata o sucesso crescente dessas instituições, o que demonstra que “é possível garantir o acesso de crédito a empreendimentos que historicamente estiveram à margem do sistema financeiro formal” (p.156), além de estimular os próprios “donantes” a identificar princípios básicos de apoio a projetos na área de microcrédito e propiciar o debate sobre a regulamentação do setor de microfinanças. Acrescenta que essas experiências irão aprofundar o debate sobre a construção de uma economia alternativa, ao repensar as relações de poder e a solidariedade no interior do processo produtivo e romper com “visões dualistas da luta de classes”, ao ampliar o conflito atingindo todas as esferas da vida cotidiana, reafirmando-se no campo econômico. Dentre os princípios metodológicos dessas instituições, destaca: “cobrança e juros reais; busca de manutenção de uma relação personalizada com o cliente; garantias baseadas na formação de ‘grupos solidários’; captação de poupança dos usuários e oferta de créditos renovados e escalonáveis, com prazos curtos de amortização” (p.156).

Em outro momento, indica que a economia e as finanças devem ser entendidas como processos socioespaciais, porque “o território se constitui no espaço econômico diferenciado na medida em que apresenta diferentes tipos de ambiência produtiva, especificidades das cadeias produtivas, formas diferenciadas de integração horizontal e vertical, distintas correlações de forças locais”.

Conclui afirmando que os “novos produtos financeiros alternativos” – microcrédito; sistemas de garantia de comércio justo, baseados em cartas de crédito; sistemas de garantia na formação de grupos de compra solidários; financeiras populares de capital de risco; seguro e poupança popular; sociedades de garantias: formação de consórcios de instituições diversas para alavancar recursos para as instituições de crédito popular; cartões de crédito solidários; cheques de serviços de vizinhança – decorrentes de políticas locais de apoio à economia solidária, se inserem no mercado de tal modo que se possa “reduzir e neutralizar a violência da moeda enquanto sua dimensão simbólica de imposição de relações sociais e enquanto uma síntese de determinações de relações de forças de mercado” (COELHO, 2003, p.163-164).

3.3. Movimento de Economia Solidária no Brasil

Os estudos de Nascimento (2003, p.226-232) indicam que as experiências da Autogestão socialista teriam influenciado o Movimento de Economia Solidária no Brasil. Desta forma,

identifica como expressão da autogestão socialista as atividades do jornalista Mário Pedrosa em 1945-1948 no Jornal Vanguarda Socialista, referenciados em Rosa Luxemburgo e CLR James e Raya Dunayevskaya (Conselhos Operários), e em 1966 sua obra “A Opção Imperialista”, referenciados em Serge Mallet.

Identifica também os trabalhos dos autores como André Gorz, Pierre Belleville e Paulo Emilio Sales Gomes. Este último, na segunda metade dos anos 40, escreveu sobre autogestão, referenciado no Padre Lebret, do grupo francês “Economie et Humanisme”, que por sua vez influenciou o surgimento de algumas experiências chamadas de “Empresa Comunitária”, “Unilabor”, em São Paulo.

A partir de meados da década de 70, várias experiências de autogestão são encontradas nos documentos da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE): Centros de Educação Popular que orientam suas atividades pela perspectiva da autogestão e da autonomia. Nesse mesmo período, os anarquistas retomam suas publicações sobre a autogestão; alguns militantes do PT lançam a tese “Por um PT socialista e autogestionário” e identifica em Santa Catarina as atividades do grupo “Alternativa Socialista”.

No final da década de 80, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) realizou seminários sobre autogestão com os mineiros de Criciúma. A realização do Encontro Internacional de “autogestão socialista” em Porto Alegre, que se estendeu ao Chile em mais dois Encontros. A partir de 1996, a CUT debatia sobre cooperativismo, autogestão e economia solidária com o “Programa Integrar”.

O autor compreende que a dinâmica desses acontecimentos, na perspectiva de longa duração, tornou possível a reinvenção do “novo cooperativismo”, que é o Movimento da Economia Solidária.

“Na pisada dos Encontros anteriores dos Encontros sobre a Autogestão, realizados no RS, de 3 a 9 de agosto de 1998, ocorreu o Encontro Latino Americano de Cultura e Socio-Economia Solidárias. Em seguida, veio o Encontro em Mendes, junho de 2002, em que se avançou na construção de uma rede nacional de economia solidária. Muitas experiências de vários tipos, foram se desenvolvendo: Fóruns Autogestionários no RJ e no RS, Centrais autogestionárias de cooperativismo, etc. Quando do 1º Fórum Social Mundial, estas experiências se articularam com outras de vários países e fundaram redes globais de economia solidária.” (NASCIMENTO,2003, p.229).

Lisboa (2003) observa em seus estudos, que o surgimento da maioria dos EES estão ligados a movimentos sociais e da auto-organização comunitária que tiveram seus “processos sociais dinamizados por uma forte influência cristã”. Cita como exemplos o Banco de

Palmas¹⁷, que surgiu a partir de uma experiência eclesial; a gênese do MST e suas cooperativas e a Cáritas Brasileira, “a mais antiga agência fomentadora da ES brasileira”. Observa também que esse fenômeno ocorre na América Latina e até mesmo na Europa no início do séc. XIX.

Lisboa chama atenção para a “variante civilizacional” que a matriz europeia (católica - ibérica) forjou na América Latina,

“uma modernidade não desintegrada fundada sobre uma *sapientia cordis* (sabedoria do coração), sobre um conhecimento afetivo e místico onde o material e o espiritual estavam fundidos, onde as relações econômicas mercantis estavam amarradas em relações pessoais e comunais”. (2003,p.8)

Explica a característica do barroco pelo “seu caráter de irregularidade, de assimetria, de conjugar a razão e a paixão, a complexidade da coexistência de elementos aparentemente contrários, e não a pureza ou a linearidade” e afirma que:

Barroca foi a própria forma de resistência dos povos afro-ameríndios onde os derrotados adotam a dissimulação (sincretismo e mestiçagem) para sobreviver, talvez a única forma possível de resistência possível para que sua cultura não desaparecesse. Daí a sábia sentença que Oswald de Andrade proferiu em 1928: “Nunca fomos catequizados. Fizemos foi carnaval”. (LISBOA, 2003, p.8)

Ao refletir sobre o Brasil e a América Latina, sob a influência desse “ethos barroco”, ele afirma que a Economia Solidária “possibilita um caminho alternativo e não colonialista de desenvolvimento”. E que o reconhecimento da “tripla raiz latino-afro-ameríndia” como ponto de apoio e não como entrave, será capaz de “reconciliar as imprescindíveis eficácia da ação econômica com a qualidade emancipatória da ação moral” (LISBOA, 2003, p.8).

A economia solidária no Brasil, na concepção de Singer (2003, p.25-28), começou a ressurgir na década de 80, como resultante de “movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990”.

Em decorrência desses movimentos contra a exclusão e a fome, como o movimento dos Trabalhadores e de Centrais Sindicais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, surgiram várias entidades de apoio à economia solidária: Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), ligada à CUT, Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação

¹⁷ Banco comunitário baseado em práticas da socioeconomia solidária criado em 1998, na periferia de Fortaleza/CE, fruto do processo de organização da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP-1981). Maiores informações na página < www.bancopalmas.org.br >

Acionária (ANTEAG), Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), entre outros.

A confluência desses movimentos em torno da proposta de radicalização da democracia, afirmando que é possível ter unidade na diversidade, foi o eixo essencial para o encontro no I Fórum Social Mundial (I FSM).

No I FSM, realizado de 25 a 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre, com o tema “Um Outro Mundo é Possível”, a partir da oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão” (iniciativa decorrente do convênio entre a ANTEAG e o Governo do Rio Grande do Sul) foi constituído o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro). O GT-Brasileiro trabalhou pela construção da identidade e tinha como demanda investir na divulgação, caracterizar suas atividades e constituir-se como uma articulação de dimensão nacional. As 12 Entidades e Redes Nacionais de Fomento que em momentos e níveis diferentes participaram do GT Brasileiro são: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Auto-Gestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira (CNBB); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED).

A I Plenária Brasileira de Economia Solidária foi realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, e teve como deliberação principal a aprovação da Carta ao Governo Lula intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, no qual trazia a reivindicação da criação da SENAES.

A II Plenária Brasileira de Economia Solidária foi realizada durante o III Fórum Social Mundial (janeiro de 2003), em Porto Alegre. Os representantes do GT-Brasileiro e o professor Paul Singer participaram da Abertura do III FSM e na Plenária foi definida a agenda de mobilização de debates e sensibilização pelas regiões do País, além de legitimar o GT-Brasileiro como promotor do processo de mobilização da Economia Solidária.

Foi durante a realização da III Plenária Brasileira de Economia Solidária em junho de 2003, com a presença de mais de 900 pessoas de 18 Estados, que foi definida a denominação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que substituiu a denominação GT-

Brasileiro. O FBES, além de definir a sua composição e funcionamento, saiu daquele evento com a incumbência de articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo País em torno da “Carta de Princípios” e da “Plataforma da Economia Solidária” aprovadas.

A Carta de Princípios pretende ser a identidade do FBES e possui três partes distintas que se complementam: I. a Origem e o Cenário Atual; II. os Princípios Gerais e Princípios Específicos (1.Por um sistema de finanças solidárias; 2.Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias e 3.Pela Construção de uma Política da Economia Solidária) e III. “O que a economia solidária não é”.

A Plataforma da Economia Solidária é a materialização em documento de sete eixos, resultado de um processo de construção que se iniciou na I Plenária Nacional até a versão atual aprovada na III Plenária Nacional. Documento que foi discutido também no I Encontro Nacional de Empreendedores Solidários de 2004.

Os sete eixos da Plataforma da ES são: I. Finanças Solidárias, II. Marco Legal, III. Educação, IV. Comunicação, V. Redes de Produção, Comercialização e Consumo, VI. Democratização do Conhecimento e Tecnologia e VII. Organização Social de Economia Solidária. Estes eixos, por serem considerados os “gargalos” para a qualificação, sustentabilidade e ampliação do Movimento de Economia Solidária, são também os desafios e as lutas; desta forma, serão discutidos na IV Plenária Nacional, que será realizada em março de 2008. Diante da dinâmica do processo democrático, o movimento entende que tanto a Carta de Princípios quanto a Plataforma da ES não são documentos definitivos, portanto serão discutidos e rediscutidos, por estarem em constante construção.

A partir da III Plenária Nacional, os avanços organizativos da economia solidária no País se consolidaram com a organização de redes, Fóruns Estaduais – atualmente 27 - e Fóruns Municipais/Regionais. A realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2004, em Brasília, demonstra o sucesso desse processo, reunindo um total de 2.500 trabalhadores de todos os Estados.

A SENAES, criada em 24.06.03, e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), criado através do decreto 5.811, de 21.06.06, são resultados desse processo¹⁸ e, por sua vez, têm no FBES um parceiro na elaboração de suas políticas.

¹⁸ Processo que entende o Estado como um espaço de disputa, de correlação de forças, ou seja, se houver a gradativa absorção da sociedade política pela sociedade civil, através dos seus aparelhos privados de hegemonia obtendo o consenso (essência da comunicação no interior da sociedade), a Estado-coerção irá sendo substituído pelo Estado-ético ou de acordo com Simionato (1999, p.72) “o desaparecimento do Estado ou a construção da sociedade regulada significa, pois, a extinção gradativa dos mecanismos coercitivos e autoritários e o fortalecimento dos organismos da sociedade civil, portadores materiais da hegemonia”.

O Movimento de Economia Solidária, de uma forma geral, conta com duas formas de eventos para discutir e viabilizar democraticamente as suas ações: as Plenárias e as Conferências. Normalmente, a Plenária ou a Conferência no nível nacional é antecedida pelas de nível estadual e estas pelas municipais ou regionais. Na Plenária, são discutidas as questões internas do movimento (exemplo: Carta de Princípios e Plataforma de Lutas) e na Conferência são discutidas as questões externas (Políticas Públicas).

De acordo com o exposto anteriormente, já foram realizadas três Plenárias Nacionais, seguindo rumo à IV Plenária, em 2008. Com relação à Conferência, depois de serem realizadas as Conferências Estaduais, quando foram escolhidos os delegados e definidas as reivindicações e propostas, realizou-se em Brasília/DF, no período de 26 a 29 de junho de 2006, a I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES). Neste evento, além de resultar num documento denominado “Anais da I CONAES”, que serve de referência para a reivindicação, implementação e formato de Políticas Públicas, foram discutidas as resoluções voltadas à participação no CNES.

Nesses quatro anos de existência do FBES, além da criação de Fóruns e redes de economia solidária, pode-se afirmar como conquista a concretização de Políticas públicas de economia solidária. Conforme Anais da I CONAES, a concepção de política pública:

1. É parte da construção de um Estado Republicano e Democrático que reconhece a existência de sujeitos sociais historicamente organizados, porém excluídos;
2. Um direito de cidadania, de acesso a novas formas de produção, reprodução e distribuição social;
3. Possibilita o acesso a bens e recursos públicos para o desenvolvimento da Economia Solidária, tal qual permite a outros segmentos sociais.
4. Uma política de desenvolvimento sustentável, com participação democrática comunitária e popular;
5. Não relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório, e sim, integrada a estas, como alavanca emancipatória.

Os Fóruns Brasileiro, Estaduais e Municipais/Regionais foram decisivos para a efetivação desses dois eventos: Plenária e Conferência, e das conquistas resultantes desse processo; desta forma, será apresentada a seguir a estrutura do FBES para a melhor compreensão dessa trajetória.

A estrutura do FBES consiste hoje na articulação entre três segmentos do Movimento de Economia Solidária: Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF) e gestores públicos. Estão organizadas em instâncias de decisão:

- Coordenação Nacional - sendo a principal instância de decisão, representada por 16 EAF; 3 representantes por Estado que tenha um Fórum ou Rede estadual de Economia Solidária, sendo 2 de EES (rural e urbano) e 1 gestor público, e se reúnem 2 vezes ao ano.
- Coordenação Executiva Nacional - gestão política cotidiana, interlocução com outros movimentos e com o governo federal e acompanhamento da Secretaria Executiva Nacional. É composta por 13 pessoas, sendo: 7 de EES (2 do Norte, 2 do Nordeste, e 1 representante para cada uma das demais regiões); 5 representantes das EAF e 1 representante da Rede Nacional de Gestores Públicos.
- Secretaria Executiva Nacional - suporte aos trabalhos do FBES, propicia a comunicação entre as instâncias e operacionaliza reuniões e eventos.
- Grupos de Trabalho (GT's) - instâncias mistas (SENAES e FBES) que se conformam de acordo com a demanda de ações específicas do FBES e da SENAES. Os GT's atualmente são: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo.

3.3.1. Perfil da Economia Solidária no Brasil

De acordo com a coletânea de relatos de diversas experiências de apoio e de trabalho em empreendimentos de economia solidária no Brasil, Souza (2003, p.7) afirma que o “conjunto é ínfimo no quadro ocupacional brasileiro, mas está em evidente expansão e é extremamente promissor, sobretudo no que se refere a mudanças de qualidade das condições e relações de trabalho”. Quadro que somente se tornou concretamente identificável a partir do mapeamento da Economia Solidária e da constituição do SIES, em 2006.

Atualmente, a Economia Solidária no Brasil compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação e complexos cooperativos, entre outros. Esse conjunto de atividades econômicas (produção, distribuição, consumo, poupança e crédito) é organizado e realizado solidariamente de forma coletiva e autogestionária. Não esquecendo que ela é mais que uma “alternativa econômica”; de acordo com Lisboa, é

uma busca por novas maneiras de produzir e acumular, a socioeconomia solidária está construindo uma nova experiência de ser não utilitarista e possessiva, uma nova ontologia. Ela se reconfigura como um “modo de vida”, ajustando-se a uma nova perspectiva de mudança social na qual a

dimensão dos valores tem um papel fundamental. Temos na socioeconomia solidária a presença duma certa ascese (exercício prático que leva a efetiva realização da virtude, à plenitude da vida moral), pois rompe-se com o ethos capitalista de tipo produtivista e consumista. (LISBOA, mimeo, 2005).

A sua expansão é crescente, conforme demonstra o quadro de evolução do mapeamento nacional (Gráfico 1), apresentado no Seminário de Divulgação do Mapeamento em Economia Solidária de Santa Catarina Fase III¹⁹, realizado em Curitiba/SC em 23 de novembro de 2007, por Roberto Marinho Alves da Silva (coordenador geral de estudos da SENAES):

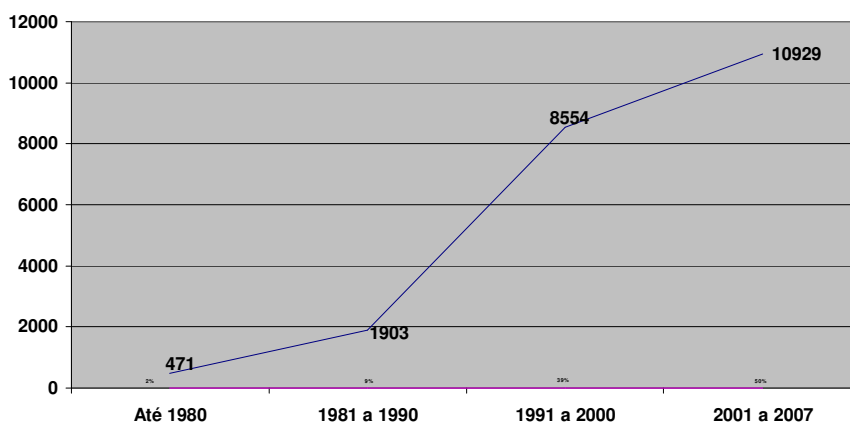


Gráfico 1

**Fonte: Apresentação da Senaes
“ES no Brasil: Avanços, Desafios e Prioridades”**

Na sua recente trajetória, através do questionário do mapeamento foi possível identificar as suas principais características: alternativa de trabalho emancipado, de melhoria de renda e de inclusão social; atividades econômicas associativas como alternativas ao “empreendedorismo individual”; projetos alternativos comunitários; recuperação de empresas por trabalhadores; valorização de redes solidárias de produção, comercialização e consumo; associativismo e cooperativismo na organização da agricultura familiar.

Para apresentar o perfil da Economia Solidária²⁰ no Brasil, foram selecionados alguns dados do “Atlas da Economia Solidária no Brasil”, resultado das Fases I e II do

¹⁹ Os dados apresentados neste Seminário vão sofrer alterações, pois a Fase III não está totalmente concluída na maioria dos estados brasileiros. Informações obtidas e disponibilizadas com essa ressalva, a partir da minha participação nesse evento.

²⁰ É importante salientar que os dados apresentados como Perfil da Economia Solidária no Brasil e em Santa Catarina são de caráter demonstrativo, não sendo objeto de análise neste trabalho. Para tal empreitada, seriam necessários muito mais elementos, que por sua vez, exigiriam um tempo maior para a realização da pesquisa, o que um trabalho de conclusão de curso não permite.

Mapeamento de EES e EAF e dados parciais mais recentes apresentados no Seminário de Divulgação do Mapeamento em Economia Solidária de Santa Catarina Fase III.

Para a realização do Mapeamento foram considerados os princípios da cooperação, autogestão, solidariedade e as características da atividade econômica definida como “agregação de esforços; recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo” (Atlas, 2006, p.12) na identificação de um Empreendimento de Economia Solidária. Além de corresponderem aos aspectos abaixo:

a) coletivas-organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clube de trocas, redes e centrais, etc; **b)** cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; **c)** permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; **d)** com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e; **e)** que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (ATLAS, 2006, p.13).

Para a identificação de uma Entidade de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF), foram considerados no Mapeamento, os seguintes aspectos: “organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento” (ATLAS, 2006, p.13), podendo ser: Organização Social (OS); Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); Fundação privada; ONG com natureza jurídica de associação; Sistema “S” (Sebrae, Senac etc); Incubadoras universitárias ou núcleos de extensão universitária.

No Mapa abaixo (figura 1), é possível visualizar a abrangência da Economia Solidária no Brasil, cujo processo de formação foi descrito no decorrer desse trabalho:

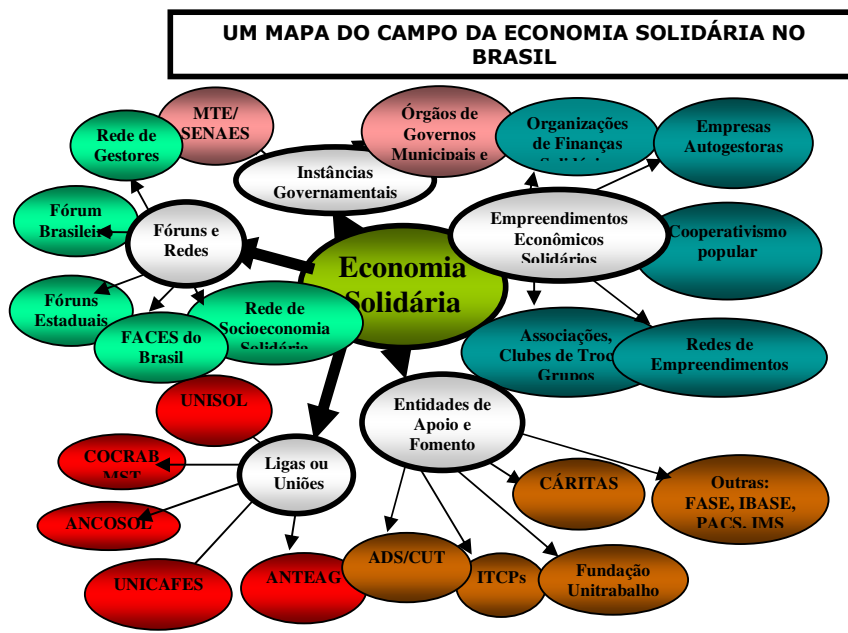


Figura 1

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2006, p.14

No Mapeamento da Fase III, ainda não concluído, até dia 23.11.07 constatou-se a existência de 21.857 EES, totalizando 1.737.332 trabalhadores, dos quais 64% são homens e 36% mulheres. Constatou-se também, conforme o mapa (Figura 2) e comparando com a Tabela 2 na seqüência, que apesar do aumento do número de empreendimentos a distribuição no território se manteve, ou seja, maior concentração na região Nordeste, com 43,5 %, (em 2005 era de 44%), e o restante distribuído nas demais regiões: 12% na região Norte, 18% na região Sudeste, 10% na região Centro-Oeste e 16,5% na região Sul.

Em 2005 esta proporção era de 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-Oeste e 17% na região Sul (Tabela 2), portanto percebe-se que de todas as regiões, a região Sudeste foi a que teve um aumento significativo de EES, considerando a composição territorial, passando de 14% para 18%. Nas outras regiões, as alterações foram mínimas.

Ainda em 2005, o número de participantes nos 14.954 EES era de 1.251.882, tendo um aumento de 485.450 participantes em 21.857 EES até 23.11.07; no entanto, a porcentagem de participação entre homens e mulheres se manteve nos 64% homens e 36% mulheres.

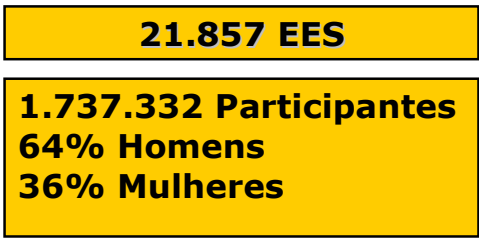
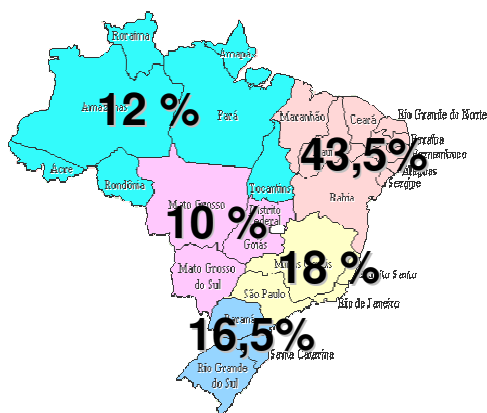


Figura 2

Fonte: Apresentação da Senaes “ES no Brasil: Avanços, Desafios e Prioridades”

Já no mapeamento Fase I e II, concluídos em 2005, foram identificados 14.954 EES (Tabela 2). E de acordo com o Atlas (2006, p.34), 50% desses EES são da área rural, 33% da área urbana e 17% da área urbana e rural. Foram mapeados 2.274 municípios brasileiros, correspondendo a 41% do total, o que significa que não foram mapeados todos os EES existentes, nestas duas fases.

“Quantidade e Percentual de EES por Unidade da Federação/Região”

UF	Nº de EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios/ Total de municípios
RO	240	1,6%	40	75%
AC	403	2,7%	20	87%
AM	304	2,0%	32	51%
RR	73	0,5%	14	88%
PA	361	2,4%	51	35%
AP	103	0,7%	13	76%
TO	400	2,7%	84	60%
NORTE	1.884	13%	254	56%
MA	567	3,8%	73	33%
PI	1.066	7,1%	83	37%
CE	1.249	8,4%	134	72%
RN	549	3,7%	77	46%
PB	446	3,0%	101	45%
PE	1.004	6,7%	129	69%
AL	205	1,4%	48	47%
SE	367	2,5%	63	83%
BA	1.096	7,3%	153	37%
NORDESTE	6.549	44%	861	48%
MG	521	3,5%	101	12%
ES	259	1,7%	59	75%
RJ	723	4,8%	82	88%
SP	641	4,3%	147	23%
SUDESTE	2.144	14%	389	23%
PR	527	3,5%	109	27%
SC	431	2,9%	133	45%
RS	1.634	10,9%	270	54%
SUL	2.592	17%	512	43%
MS	234	1,6%	25	32%
MT	543	3,6%	91	65%
GO	667	4,5%	127	51%
DF	341	2,3%	15	83%
CENTRO-OESTE	1.785	12%	258	53%
TOTAL	14.954	100,0%	2274	41%

Tabela 1

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2006, p.15

A seguir, conforme demonstrado na Tabela 3, entre os motivos que levaram a criação dos EES, os que a consideram como “Alternativa ao desemprego” teve o maior número de respostas, 31%; os que optaram por ter “Ganhos em Atividade associativa” foram 16% e os que responderam “Complementar a renda” e “Acesso a financiamento” ficaram empatados, ambos com 14%. A forma de organização em que a maioria dos EES se constituíram foi “Associação”, com 52% do total, a “Informal” em segundo, com 36%, “Cooperativa”, com 10%, e “Outra”, com 2%.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS EES e MOTIVOS DE CRIAÇÃO DOS EES

Associação	Informal	Cooperativa	Outra
52%	36%	10%	2%

1 - Alternativa ao desemprego (31%)

2 - Complementar a renda (14%)

3 - Ganhos em atividade associativa (16%)

4 - Acesso a financiamento (14%)

Tabela 2

Fonte: Apresentação da Senaes
“ES no Brasil: Avanços, Desafios e Prioridades”

Quase a metade dos EES - 42% - trabalha com produtos da “Agropecuária, Extrativismo e Pesca”, seguido de “Alimentos e Bebidas”, com 18%, “Artefatos Artesanais”, com 14%, e “Têxtil e Confecções”, com 10%. Atinge 5% do total dos EES os que prestam “Serviços Diversos”; “Atividades Industriais”, 4%; “Coleta e Reciclagem de Material” e “Fitoterápicos, Limpeza e Higiene”, 2%, e “Crédito e Finanças Solidárias” e “Outros”, 1%.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

PRODUTOS AGRUPADOS POR TIPO DE ATIVIDADE	% EES
AGROPECUÁRIA, EXTRATIVISMO E PESCA	42%
ALIMENTOS E BEBIDAS	18%
ARTEFATOS ARTESANAIS	14%

TÊXTIL E CONFEÇÕES	1 0%
SERVIÇOS (DIVERSOS)	5 %
ATIVIDADES INDUSTRIAIS (DIVERSAS)	4 %
COLETA E RECICLAGEM DE MATERIAIS	2 %
FITOTERÁPICOS, LIMPEZA E HIGIENE	2 %
CRÉDITO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS	1 %
OUTROS (PRODUÇÃO E SERVIÇOS)	1 %
TOTAL	1 00%

Tabela 3

**Fonte: Apresentação da Senaes
“ES no Brasil: Avanços, Desafios e Prioridades”**

De acordo com a Tabela 5, o Faturamento médio mensal dos EES varia de nenhum faturamento – R\$ 00,00 - a mais de R\$ 100.000,00. Dos 14.954 EES entrevistados, 5.316 EES ou 35,88% têm um faturamento médio mensal de R\$ 2.359,73. Declararam que têm faturamento mensal igual a R\$ 00,00, 6.775 EES (31%), e apenas 4,75%, que corresponde a 704 EES, geram 79% do Faturamento Mensal da Economia Solidária.

FATURAMENTO MÉDIO MENSAL DOS EES				
FATURAMENTO MENSAL	EES	%	TOTAL	MÉDIA
Até R\$ 1.000,	3494	23,58	R\$ 1.799.742,	R\$ 515,12

R\$ 1.001, a 5.000,	5316	35,88	R\$ 12.545.143,	R\$ 2.359,73
R\$ 5.001, a 10.000,	2754	18,59	R\$ 55.937.175,	R\$ 6.658,84
R\$ 10.001, a 50.000,	2027	13,68	R\$ 13.497.245,	R\$ 20.307,71
R\$ 50.001, a 100.000,	523	3,53	R\$ 34.028.313,	R\$ 65.058,71
Mais de R\$ 100.000,	704	4,75	R\$ 449.691.482,	R\$ 638.941,02
TOTAL	14.817	100	R\$ 662.128.672,	R\$ 44.687,09

Obs. 1: 6.775 EES (31%) informaram faturamento mensal igual a R\$ 0,00 e 264 EES não responderam.

Tabela 4

Fonte: Apresentação da Senaes
“ES no Brasil: Avanços, Desafios e Prioridades”

Os dados apresentados a seguir demonstram a importância que os participantes dos EES dão ao comprometimento político, além da Gestão Coletiva que implica na realização de assembléias ou reuniões em cada empreendimento (menos de 10% dos EES não realizam) e da preocupação com a qualidade de vida e meio ambiente (4.280 EES -28,6%- oferecem produtos orgânicos livre de agrotóxicos e 4.754 EES -31,8%- reaproveitam os resíduos). (Atlas, 2005, p.44 e 54).

De acordo com o Gráfico 2, em primeiro lugar está a “participação em movimentos sociais populares”; em segundo, o “envolvimento em ações comunitárias” e uma parte menor dos empreendimentos tem “participação em Redes ou Fóruns de ES”. Do total dos EES, “58,2% têm compromisso social ou comunitário. 59,4% participam de movimentos sociais e populares e 42,2% de redes ou fóruns de Economia Solidária” (Atlas, 2006, p.50).

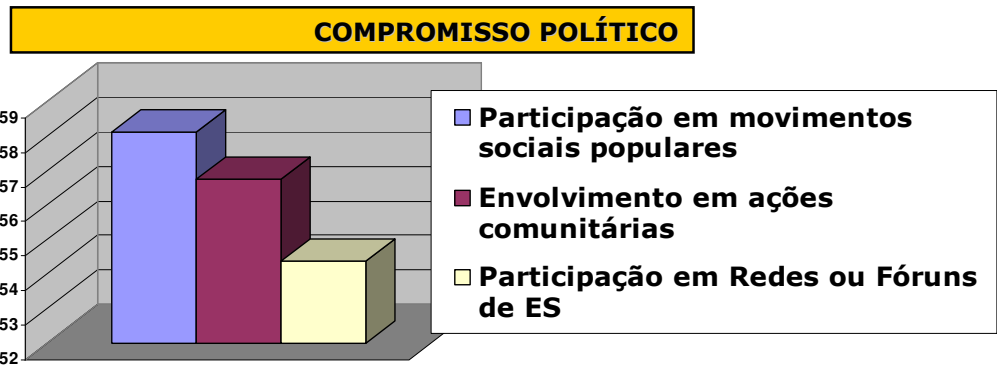


Gráfico 2

Fonte: Apresentação da Senaes
 “ES no Brasil: Avanços, Desafios e Prioridades”

Quanto às dificuldades enfrentadas, constata-se que os empreendimentos em todas as regiões brasileiras afirmaram ter dificuldades em primeiro lugar na Comercialização, em segundo com relação ao Crédito e em terceiro referentes ao Apoio e Assistência Técnica.

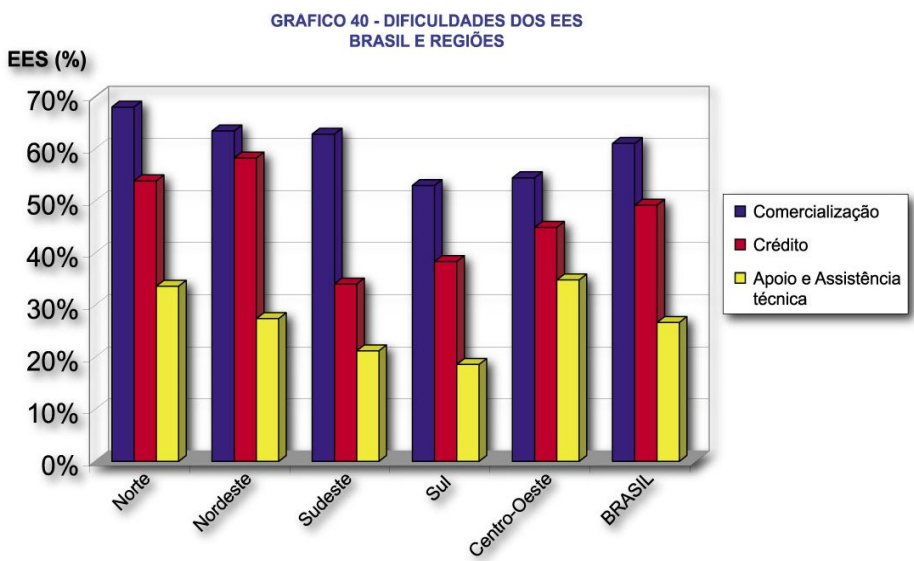


Gráfico 3

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil , 2006, p.46

No mapeamento dos EAFs, conforme o Atlas (2006, p. 55), foram identificadas 1.120 EAFs e de acordo com o Gráfico 4 – Distribuição de EAFs e EES por região - a maior concentração é semelhante a dos EES, 51% estão na região Nordeste.

“Quanto à forma de organização das EAFs, verifica-se que há uma predominância das Organizações Não Governamentais com natureza jurídica e associação (46%), com quase metade dos casos. Em seguida as Fundações (13% e Oscips (organizações da sociedade civil de interesse público) com 12% do total. Do total de organizações, 43,5% afirma não possuir nenhum tipo de vínculo com outras organizações sociais e políticas. Destaca-se o vínculo com instituições religiosas (24%), seguido pelo movimento sindical (11,7%).” (ATLAS, 2006, p.57)

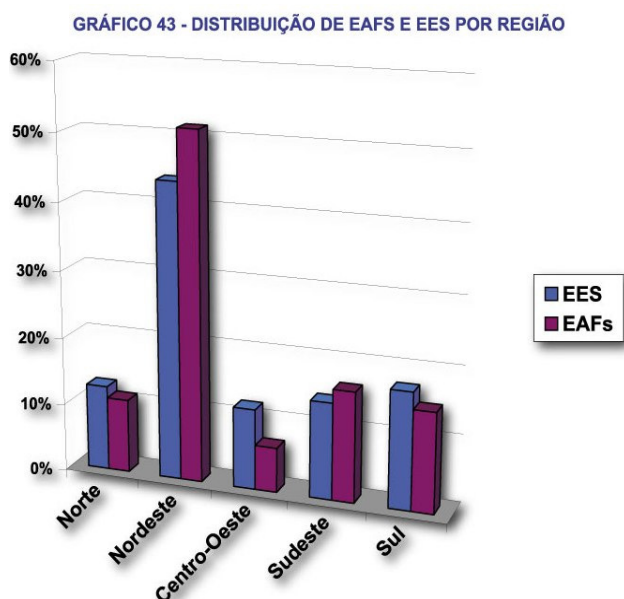


Gráfico 4

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2006, p.55

Conforme o Gráfico 5 – Tipos de Atuação das EAFs – a atividade onde se concentram mais EAFs são as de articulação/mobilização com 34,73% e de Formação com 39,46%.

GRÁFICO 48 - TIPOS DE ATUAÇÃO DAS EAFS

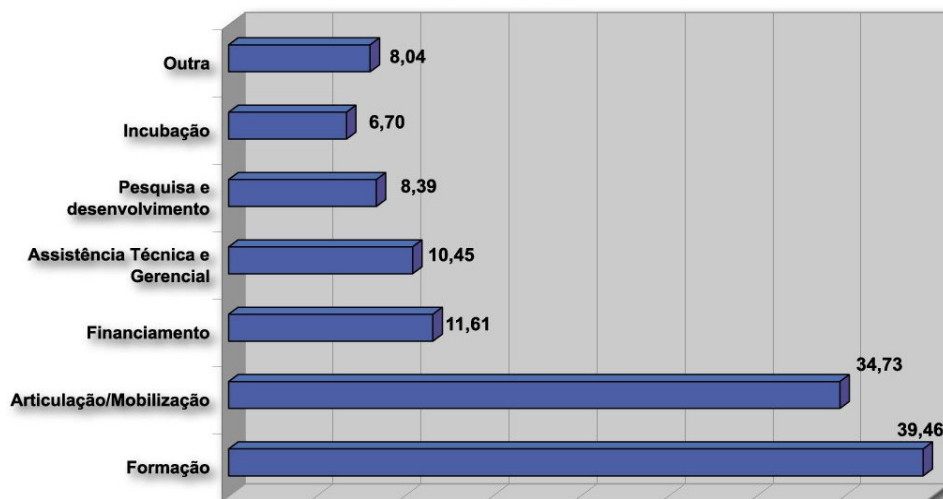


Gráfico 5

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2006, p.58

3.4. Movimento de Economia Solidária em Santa Catarina

O Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES), de maneira semelhante ao FBES, surgiu inicialmente como Grupo de Trabalho Catarinense (GT-Catarinense). De acordo com o Histórico do FCES²¹, o GT-Catarinense foi formado a partir da Jornada Catarinense de Economia Solidária realizada em Florianópolis em maio de 2000, portanto quase um ano antes da formação do GT-Brasileiro (2001), inicialmente com atuação em “cidades-referência”, como Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville e Lages.

Ainda com a denominação de GT-Catarinense, a partir de 2003 em parceria com a SENAES, realizou os eventos:

- I Feira Catarinense de Economia Solidária, Lages, de 12 a 14 de outubro de 2001;
- I Seminário de Sócio-economia Solidária, Lages, 2002;
- I Encontro Estadual de Empreendimentos da Economia Solidária, Curitiba, 2003;
- II Feira Catarinense de Sócio-economia Solidária, Blumenau, 2003;
- II Seminário de Políticas Públicas, Blumenau, 2003.

²¹ Informações disponíveis na página < www.fbcs.org.br >. Acesso 07.11.07.

A partir de 2005, passou a se denominar Fórum Catarinense de Economia Solidária – (FCES). A estrutura do FCES é constituída de 3 representantes de cada região, sendo: 2 EES rural e urbano, 1 EAF e 1 gestor público; as reuniões são bimestrais. Atualmente, as regiões que têm representação no FCES são 11: Extremo-Oeste, Chapecó, Caçador, Lages, Joaçaba, Canoinhas, Joinville, Blumenau, Florianópolis, Tubarão e Criciúma.

Para melhor execução de ações encaminhadas nas reuniões bimestrais, os representantes do FCES se distribuíram em Grupos de Trabalho (GT's) temáticos: Gestão e Organização; Políticas Públicas; Captação de Recursos; Comunicação; e Formação. Os integrantes de cada GT mantêm contato permanente, através de reuniões e/ou por via eletrônica (e-mail).

O FCES em parceria com o MTE/SENAES realizou os eventos abaixo:

- III Feira Catarinense de Economia Solidária, Itajaí, novembro de 2005;
- I Encontro de Economia Solidária da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), Florianópolis, 2006. Encontro realizado em parceria com o FBES;
- I Conferência Estadual de Economia Solidária, Lages, maio de 2006, com o tema “Economia Solidária como Estratégia e Política de desenvolvimento”;
- IV Feira Catarinense de Economia Solidária, Chapecó, de 08 a 10 de dezembro de 2006.
- I Plenária Estadual de Economia Solidária, Curitiba, de 23 a 25 de dezembro de 2007.
- V Feira Catarinense de Economia Solidária que será realizada em São Miguel D’Oeste, durante os dias 11,12 e 13 de janeiro de 2008.

Além desses eventos, essa parceria resultou em 3 Centros Públicos de Economia Solidária²² (Blumenau, Itajaí e Chapecó), o Projeto de Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES) com um coordenador e 8 agentes, o Projeto de Apoio a Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão²³, o Projeto Fortalecendo a Rede Catarinense de Economia Solidária²⁴ e o Mapeamento Fases I, II e III.

3.4.1. Perfil da Economia Solidária em Santa Catarina

²² O Centro Público de Economia Solidária tem por objetivo ser um espaço integrado para a comercialização de bens e serviços, assim como para o desenvolvimento de ações de capacitação profissional, para a promoção da cidadania e a geração de renda para os participantes.

²³ Sob responsabilidade e execução da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG).

²⁴ Conforme deliberações das reuniões do FCES a Asa é a proponente deste projeto. O projeto tem como objetivo potencializar as articulações já em andamento, fortalecendo a rede de economia solidária no estado de SC através da promoção de Feiras Regionais. Com duração de 7 meses: início em agosto/07 e término em fevereiro/08.

O Mapeamento feito em parceria com o FBES gerou a Equipe Gestora Estadual (EGE) com representação no Estado de Santa Catarina de principais atores interessados na listagem: DRT's, Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Cáritas/CNBB, Ação Social Arquidiocesana (ASA)/CNBB, Agência de Desenvolvimento Social (ADS)/Central Única dos Trabalhadores (CUT), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Equipe de Pesquisa (composta por uma ou duas pessoas por Estado, contratadas temporariamente por três meses, que de preferência estivessem cursando ou tivessem concluído o ensino superior). A metodologia foi construída coletivamente pela EGE e SENAES.

O SIES foi implantado em duas fases: I – identificação e listagem de empreendimentos e entidades de fomento, tendo como executora as DRT's, e II – aplicação de questionários com visitas aos empreendimentos de economia solidária - executora: ITCP/FURB. O mapeamento teve início em junho de 2004, com término no segundo semestre de 2005. A apresentação do resultado do mapeamento saiu em forma de um “Atlas da Economia Solidária no Brasil” que foi exposto na I Mostra da Cultura de Economia Solidária, realizada nos dias 5 a 9 de abril de 2006, no Pavilhão da Bienal em São Paulo (Parque do Ibirapuera), com a participação de EES de SC entre outros Estados brasileiros.

Em 2007, estava sendo concluída a Fase III, que é a identificação e mapeamento de novos empreendimentos. Em Santa Catarina, a execução está sendo feita em parceria com a FURB e a Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Nesta fase, a EGE passou a se denominar Comissão Gestora Estadual (CGE), com a seguinte composição: DRT/SC/MTE, Cáritas/SC, ITCP/UNOCHAPECÓ, ITCP/FURB, NESOL/UFSC, MDA/SC, Comitê Fome Zero – Joinville, PPDLES.

No Seminário de Divulgação do Mapeamento em Economia Solidária de Santa Catarina, Fase III (23.11.07 em Curitiba/SC), a apresentação dos dados foi realizada pela Prof^a Rosana Maria Badalotti, da UNOCHAPECÓ, e pela Prof^a Edinara de Andrade da FURB. Conforme esta apresentação, foi feita a identificação de 676 EES²⁵, que somados aos 426 EES mapeados em 2005²⁶, totalizam 1.102 EES em Santa Catarina. Destes 1.102 EES, participam 187.639 trabalhadores e trabalhadoras.

²⁵ As Tabelas apresentadas têm uma variação no número total de EES de 676, 680, 689 e 690. Essa variação se deve a alguns ajustes técnicos que até a época da apresentação não puderam ser concluídos. Neste trabalho esta variação não afetará o seu desenvolvimento, desta forma serão considerados 676 EES, mas com a ressalva de que poderá ocorrer alteração. Conforme informações obtidas nesse Seminário, os resultados serão apresentados oficialmente à SENAES e disponibilizados para consulta pública em 2008.

²⁶ Os dados referente ao SIES 2005 mais a somatória, com o título “Total”, foram acrescentados para facilitar a apresentação neste Trabalho nas Tabelas 6, 7, 8 e 9.

De acordo com a Tabela 6, a Associação é a forma de organização de quase metade dos EES, com 46,1%, seguida de Cooperativa, com 30,1%, e Grupo Informal, com 21%. A Sociedade Mercantil é a forma de organização de menor número de EES, sendo “de Capital e Indústria”, 1,3%; “em Nome Coletivo”, 0,9%, e “por cotas de responsabilidade limitada”, com 0,6%.

Forma de Organização - 2007	SIES			Total	
	2005				
Associações (326)	47,3	190	44,3%	516	46,1%
Cooperativas (200)	29,0	145	33,7%	345	30,1%
Grupo Informal (143)	20,8	83	19,3%	226	21%
Sociedade Mercantil de Capital e indústria (8)	1,2	7	1,6%	15	1,3%
Sociedade Mercantil em Nome Coletivo (5)	0,7	5	1,1%	10	0,9%
Sociedade Mercantil por cotas de responsabilidade limitada (7)	1,0	0	0	7	0,6%
Numero Total de EES ◊ 689	100%	430	100%	1.119	100%

Tabela 5

A Tabela 7 referente ao Gênero dos Associados demonstra que as organizações mistas, ou seja, com homens e mulheres, são as que predominam, com 71,3% do total. Os EES constituídos somente por mulheres representam 14,6% e os EES constituídos somente por homens, 14,1%. Demonstra que nestes dois anos (2005 a 2007) o número de EES constituído só de mulheres aumentou, passando de 56 para 105, totalizando 161. Mas possui um número menor de associados (2.906) em relação aos 155 EES constituído somente de homens (9.576). É um dado que desmitifica o senso comum de que a Economia Solidária é uma economia feita por mulheres.

GÊNERO DOS ASSOCIADOS – 2007			2005		TOTAL	
EES Somente Mulheres	105	1.969	56	937	161	2.906
EES Somente Homens	85	5.229	70	4.347	155	9.576
EES Homens e Mulheres	486	120.446	300	54.711	786	175.157
Total	676	127.644	426	59.995	1.102	187.639

Tabela 6

Os EES estão distribuídos equitativamente no território Catarinense (Tabela 8), estando localizados na área Rural 34,9% dos EES, na área urbana, 31,9 % e na Rural e Urbana, o equivalente a 33,2%.

ÁREA / LOCALIZAÇÃO - 2007		2005	TOTAL
Rural	239	148	387
Urbana	205	149	354
Rural e urbana	236	132	368
TOTAL	680	429	1109

Tabela 7

Conforme a Tabela 9, no Estado de Santa Catarina os órgãos governamentais foram os que forneceram apoio ao maior número de EES (384), o que perfaz 40% do total. Seguido de ONG's, OSCIP's, Igrejas, Associações e Conselhos Comunitários (182), 19%; Movimento Sindical, 10,35%, e Cooperativas de técnico(as), 0,38% dos EES. As Universidades (ITCP's, Unitrabalho); Sistema "S" e Outras forneceram apoio a uma média de 10,09% dos EES, cada uma.

ENTIDADES QUE FORNECERAM APOIO	TOTAL 2007
Órgãos governamentais.	384
ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, etc.	182
Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação).	100
Universidades, incubadoras, Unitrabalho.	93
Sistema "S" (Sebrae, SESCOOP, etc).	87
Outra.	83
Cooperativas de técnicos(as).	37

Tabela 8

TIPOS DE MOVIMENTOS

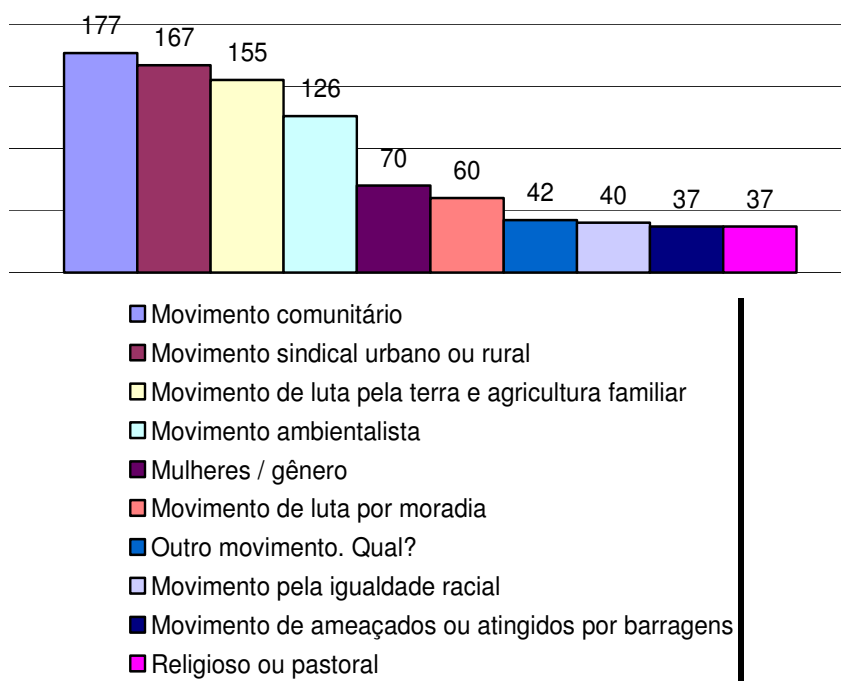


Gráfico 6

Fonte: Seminário de Divulgação do Mapeamento de ES de Santa Catarina

Com relação a participação em movimentos sociais e populares, os EES participam de mais de 10 tipos diferentes de movimentos, conforme o Gráfico 6. A participação em movimentos comunitários possui o maior número de EES (177), com 19,4% do total, seguido dos movimentos sindicais urbano ou rural, com 167 EES, perfazendo 18,3%, movimento de luta pela terra e agricultura familiar (155), com 17,1%, e movimento ambientalista, com 126 EES, correspondendo a 13,8% do total de EES. O movimento de mulheres e gênero fica em 5º lugar, com 70 EES (7,7%) e movimento de luta por moradia com 60 EES (6,6%), fica em 6º. Outros movimentos, que pela diversidade foram agrupados em um item, participam 42 EES, correspondendo a 4,6%. O movimento pela igualdade racial 40 EES (4,4%) e o Movimento de ameaçados ou atingidos por barragem (MAB) e religioso ou pastoral, com 37 EES cada um, perfazendo 4% do total.

4. SERVIÇO SOCIAL

4.1. Pesquisa, Metodologia

O presente estudo foi desenvolvido numa abordagem qualitativa e de caráter exploratório e descritivo, uma vez que existe pouca bibliografia, em parte devido à recente organização no Estado de Santa Catarina do Movimento de Economia Solidária (2000) e em parte pelo objetivo deste trabalho, que se refere à identificação dos processos de trabalho que os Assistentes Sociais estão inseridos, além de suas perspectivas, limites e desafios.

Para coletar os dados, foram utilizados questionários semi-estruturados, com questões abertas, com seis Assistentes Sociais diretamente envolvidos no Movimento de Economia Solidária, com participação em Fóruns Municipais/Regionais de Economia Solidária e no FCES. De acordo com a representatividade nos Fóruns, pertencem a duas categorias: Gestores Públicos e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF), sendo 3 representantes de gestores públicos, 1 representante de Universidade e 2 representantes de Entidades do Terceiro Setor. Inicialmente, eram oito os (as) Assistentes Sociais a serem entrevistados (as); no entanto, por questões particulares, duas - FURB e ANTEAG - não puderam participar.

Tais entrevistas foram apoiadas nos objetivos desse trabalho e procuraram recompor a trajetória individual do Assistente Social no Movimento, levando-se em conta o critério qualitativo. A pesquisa foi realizada em duas etapas: 1. Questionário e 2. Discussão – via correio eletrônico (e-mail) – de grupo. Também foram utilizadas como fonte de coleta de dados a pesquisa documental, bibliográfica e o Diário de Campo e Relatório do estágio curricular obrigatório e não-obrigatório realizado na DRT/SC/MTE - Programa Nacional de Economia Solidária.

A proposta inicial era de “entrevistas individuais” realizadas pessoalmente; no entanto, devido aos entraves da “distância e do tempo”, teve que ser adaptada. “Distância”, porque o local de atuação e residência dos entrevistados, ainda que Municípios do Estado de Santa Catarina - Florianópolis, Joinville, Criciúma, Chapecó e Blumenau – são muito distantes um do outro, e “tempo”, devido à pouca disponibilidade dos envolvidos, em função de suas agendas. Desta forma, restou a opção de encaminhar o questionário via correio eletrônico (e-mail), e, após o retorno dos mesmos, sistematizar os dados contidos e apresentá-los em Curitiba. Neste local, devido à realização da I Plenária Estadual de Economia Solidária, nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2007, a maioria dos entrevistados estaria reunida. Este momento possibilitaria que todos os envolvidos na pesquisa tomassem conhecimento da

perspectiva individual e coletiva, através da reflexão em conjunto das respostas do questionário sistematizadas em eixos de discussão. Este momento seria filmado/gravado e posteriormente transcrito. Novamente outro entrave - o tempo - não permitiu a realização desta atividade, pois a programação da Plenária se estendeu, ocupando os três períodos: manhã, tarde e noite dos dois primeiros dias, e no terceiro dia o retorno estava programado para as 13:00 horas, logo após o almoço, inviabilizando esse processo.

A discussão via-eletrônica teve apenas uma participação; apesar de não cumprir o objetivo proposto inicialmente, que era de discussão coletiva, será considerada para análise.

Em seguida, destaco alguns motivos que levaram a questionar a pesquisa convencional e investigar sobre a pesquisa-ação. O primeiro foi a percepção de que a entrevista no formato de questionário, por privilegiar os aspectos individuais, não seria suficiente para descrever a dinâmica do Movimento; o segundo foi que o contato estreito e prolongado com o movimento possibilitou o engajamento e o comprometimento com a causa; desta forma, a dimensão política da ação coletiva e compartilhada não cabiam na pesquisa convencional; e o terceiro foi que seria muito difícil descrever os vários momentos e fases do Movimento em construção apenas com base teórica, sem considerar a vivência da ação participativa²⁷.

Com base no exposto, apresento o conceito de pesquisa-ação, conforme Thiollent (2007):

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (2007, p.16)

Além disso, por consistir na obtenção de informação sobre determinados aspectos e envolvimento de determinados sujeitos, sem eliminar o envolvimento do pesquisador, e voltada para a produção de conhecimentos novos, o objeto de estudo deixa de ser mero informante para ser o protagonista da ação.

Desta forma, nas reuniões municipais/regionais ou nas reuniões do FCES, as ações encaminhadas foram sempre discutidas e deliberadas de forma democrática e coletiva, numa

²⁷ “Participação” entendida na concepção democrático-radical em Gohn (2003, p.19) como tendo o objetivo de “fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações, etc. O pluralismo é a marca dessa concepção. [...] Os entes principais que compõem os processos participativos são vistos como “sujeitos sociais”. [...] e os indivíduos são considerados “cidadãos”. Porém, essa concepção não traz a “participação da obrigação (um dever do cidadão), da moralidade (participar por tratar-se de atitude virtuosa) e da renúncia. Ela não é motivada por virtude política, por consciência social ou por altruísmo, mas por necessidade, pelo desejo de ser feliz e livre. Participar para não ser governado, para viver em alegria de não ser comandado e para evitar que o desejo de não ser governado de uns transforme-se em desejo de governar e o poder se personalize.” (SAWAIA, 2001, p.125).

relação horizontalizada, na qual todos os envolvidos desempenhavam um papel ativo e se comprometiam com a efetivação dessas ações em momentos específicos.

Ainda, segundo Thiollent, a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social ancorada na ação, na qual:

- os pesquisadores desempenham um papel ativo; no entanto, sua participação não deve substituir a atividade própria dos grupos e suas iniciativas;
- exige uma estrutura de relação participativa entre pesquisador e pessoas da situação investigada;
- ao contrário da “observação participante”, a participação do pesquisador é explicitada dentro da situação de investigação;
- a atitude do pesquisador é sempre de “escuta” e de elucidação dos vários aspectos da situação, sem imposição unilateral de suas concepções próprias.

A estrutura metodológica da pesquisa-ação²⁸ dá lugar a uma grande diversidade de propostas de pesquisa nos diversos campos de atuação social; no caso desta pesquisa, com relação ao aspecto valorativo, a orientação é de ação emancipatória como forma de engajamento sócio - político a serviço da causa do Movimento da Economia Solidária. No entanto, não é mero “ativismo”, pois “ter uma atitude militante não significa necessariamente ignorar as exigências científicas de uma investigação ou os critérios de racionalidade de um planejamento ou de uma tomada de decisão”.(THIOLLENT, 2007, p.124)

4.2. Serviço Social e Economia Solidária: a produção teórica.

No Movimento de Economia Solidária, em seus espaços coletivos de organização sócio-política, os Fóruns Municipais/Regionais e FCES, entre os sujeitos sociais encontram-se profissionais das mais variadas formações (economistas, contadores, cientistas sociais, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados, agrônomos, biólogos, arquitetos, professores etc.) unidos na construção e fortalecimento desse processo. No entanto, dado o limite deste trabalho - conclusão de curso de Serviço Social – será dada ênfase à participação do profissional de Serviço Social. Além da pesquisa com os profissionais envolvidos no

²⁸ Cabe lembrar que apesar dos esforços no sentido de concretizar a pesquisa-ação, esta não foi concluída devido às adversidades descritas. No entanto, fica registrado para futuras investigações e também para resgatar a importância dessa prática no cotidiano acadêmico.

Movimento, que será apresentado a seguir, realizou-se uma breve revisão bibliográfica do que a categoria tem produzido sobre o tema, trazendo as atuais discussões sem a pretensão de exaustão.

Fizeram parte desse estudo 20 trabalhos de Assistentes Sociais que trataram direta e indiretamente do tema Economia Solidária. Desses trabalhos, 9 foram apresentados no 12º CBAS (2007), 4 são Dissertações de Mestrado, 3 são artigos publicados em revistas, 3 foram editados na forma de livros e 1 foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (2004).

De acordo com essas recentes produções teóricas consultadas, os Assistentes Sociais tendem a assumir, diante do fenômeno da Economia Solidária, duas perspectivas: 1. Crítica – pois a entende como “trabalho informal” partícipe do Modo de Produção Capitalista; 2. Defesa – pois a entende como resistência dos trabalhadores frente ao atual Estágio do Modo de Produção Capitalista. Devido ao número pequeno de produção encontrada, apesar de constatar em 2007 a tendência de aumento na produção, acrescento uma terceira perspectiva: 3. Indiferença – pelo desconhecimento do Tema.

Os críticos argumentam que, por estar ligada à dinâmica do Capital, a informalidade acentua as expressões da questão social, possibilitando a diminuição dos custos de produção pelo capitalista e a desvalorização da Força de Trabalho. Sustentam ainda que este é o caminho tomado pelo Modo de Produção Capitalista, ou seja, uma estratégia na sua busca do lucro, e que a posição de “alternativas portadoras de mudanças” apenas mistificam e despolitizam a “questão social”, porque “tendem a tratar a relação Capital e Trabalho descolada de contradições, antagonismos e desigualdades”. (TAVARES, 2004 apud WEIDAUER, WEIDAUER, NOGUEIRA, 2007)

A nosso ver, classificar o trabalho informal como mera atividade de sobrevivência é mais um embuste da ordem burguesa, tendo em vista deslocar a discussão da informalidade que é funcional à economia flexível, para localizá-la tão-somente no interior do que não é trabalho produtivo nem improdutivo, na perspectiva marxista. Organismos financeiros internacionais, através de organizações não-governamentais (ONGs), têm participado, embora de forma modesta, de programas sociais para os extremamente pobres, nos quais se oferece incentivo ao que denominam atividades informais. Mas, tais programas, ao invés da pretensa proteção social, têm por objeto conter os ânimos das populações despossuídas que se organizam, podendo pôr em risco as políticas de ajustamento. (TAVARES, mimeo, 2006).

Sem a intenção de negar essa e outras - Barbosa e Miranda (2007), Lira (2007), Mota (2007), Roul e Teixeira (2007) - contribuições que vem apontando os limites e desafios,

convém salientar que os termos “formal e informal” são provenientes de um ponto de vista do mercado de trabalho, ou seja, do marco regulatório do mercado de trabalho; trata-se de uma

concepção jurídica sobre a natureza da legalidade ou não da ocupação, sendo o trabalho formal aquele que possui um contrato que legaliza o acesso ao conjunto de direitos sociais e trabalhistas, enquanto o trabalho informal, sem contrato formal e, portanto, ilegal à luz da legislação social e trabalhista, termina excluído da tutela estabelecida por atores (sindicatos) e fontes do direito social e do trabalho. As normas gerais de proteção social e trabalhista no Brasil concentram-se fundamentalmente nas ocupações assalariadas, sendo pouco desenvolvido, até o presente momento, a tutela legal para outras formas de ocupação não assalariadas (trabalho autônomo, independente, conta própria, cooperativado, sem remuneração, entre outros). (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2003, p.2).

Portanto, é estrutural ao Capitalismo, o processo de inclusão/exclusão de trabalhadores ao mercado de trabalho é condição para a sua existência e não um simples reflexo conjuntural. Entretanto, essa constatação não deve ser interpretada como definitiva e nem determinadora de uma realidade sobre a qual não se possa intervir.

Oliveira, no estudo sobre a perspectiva de gênero no movimento da Economia Solidária, através da trajetória ocupacional de 8 mulheres em EES e observações realizadas durante o trabalho na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP, da Universidade Regional de Blumenau – FURB, sobre o Serviço Social afirma que

[...] Essa experiência profissional, acrescida dos estudos realizado no mestrado nos possibilitam afirmar que os empreendimentos de Economia Solidária, caracterizam-se em um novo espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, repleto de desafios próprios de sua natureza multifacetária: econômica, política, social, cultural, ambiental. (2004, p.89)

A perspectiva de um “novo espaço sócio-ocupacional” também tem destaque nos trabalhos de Ronconi (2003), Souza (2004), Nishimura (2005), Gaivizzo (2006), Goerck (2006), Nascimento e Reis (2007), Lima e Andrade (2007), Oliveira e Schmidt (2007), Saggin (2007) e Guimarães, Maciel e Eidelwein (2007).

No estudo da complexidade do fenômeno da Economia Solidária, Cortizo e Oliveira (2004) a entendem principalmente como um “espaço de vivência de valores e princípios contra-hegemônicos”, onde as iniciativas solidárias caracterizam-se por “práticas politizadoras e emancipatórias, representando um espaço potencializador, repleto de experiências que têm impulsionado a transformação democrática”. Não ocultando os desafios e dificuldades nesse exercício de cooperação, de solidariedade, de autogestão, de democracia:

A prática da democracia no interior das iniciativas solidárias é tema conflitante e instigante, pois exige que cada integrante, ao sentir-se

pertencente ao grupo, respeite e valorize o outro sem estabelecer hierarquias, correlações de força, disputa pelo poder. Este é um dos dilemas das iniciativas solidárias; não reproduzir a lógica capitalista da competitividade, da concorrência, da separação entre quem pensa e quem faz, entre patrões e empregados. (CORTIZO e OLIVEIRA, 2004, p.90)

O destaque, para os estudos referenciados em Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), dado por Gaivizzo (2006), Goerck (2006), Guimarães, Maciel e Eidelwein (2007), Lima e Andrade (2007), Oliveira e Schmidt (2007) e Oliveira (2004), que trazem além dos estudos de caso, elementos de reflexão para a formação acadêmica e de integração da Universidade com a sociedade, buscando unir o conhecimento científico com o conhecimento popular:

[...] cabe pensar os espaços das Incubadoras Sociais como de fundamental importância para o desenvolvimento de novas habilidades de relacionamento interpessoal; aquisição de informações e construção de conhecimentos que possibilitem ressignificar a relação com o trabalho; ampliação da visão e compreensão crítica da realidade social, e construção de formas participativas democráticas na direção de relações sociais mais justas que não visem apenas à (re)inserção no campo da produção econômica, mas mudanças de ordem estrutural (GUIMARÃES, MACIEL e EIDELWEIN, 2007, p.9)

Os trabalhos de Pedrini (2003) e Pinheiro (2003) são artigos frutos da participação na construção dessa outra economia. Pedrini (2003), através de uma pesquisa realizada na experiência de associação gestonária Bruscor Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda. em SC, traz reflexões sobre o processo autogestionário, como algo em permanente construção. Pinheiro (2003) faz a apresentação do Projeto Economia de Comunhão, proveniente do Movimento dos Focolares²⁹, e considera que “[...] forjando projetos que criem condições objetivas de instaurar transformações mais substantivas [...] ao processo de resistência há de se combinar um movimento de caráter propositivo e interventivo.”(p.347).

Gaivizzo (2006) compartilha dessa mesma proposição, ou seja, de aliar conhecimento técnico ao conhecimento popular dos processos de resistência para intervenções mais efetivas:

Portanto, o profissional deve apropriar-se teoricamente dessa prática inovadora que está ligada ao campo da organização social e desenvolver e transformar os limites identificados em novas possibilidades de atuação junto à classe trabalhadora, na perspectiva de cumprir o seu compromisso

²⁹ Movimento eclesial e civil, iniciado em 1943 em Trento, na Itália, fundado e presidido por Chiara Lubich, atualmente em 182 países. Contexto multifacetado, no qual interagiram elementos históricos e ontológicos, ao longo de cinquenta anos, que dá origem ao “projeto Economia de Comunhão: uma rede mundial de iniciativas empresariais e de pessoas, que tem por fundamento a ‘cultura da partilha’, derivada da prática da comunhão de bens, ou seja, da comunhão de recursos materiais e espirituais colocados em circulação no tecido social, tendo em vista a consecução da justiça”.

ético-político e teórico-metodológico de qualificar as experiências e práticas sociais na sociedade. (GAIVIZZO, 2006, p.104)

A compreensão da contradição presente nesse movimento de reconhecimento da prática profissional inclui a ressignificação de termos tidos como exclusivos do capital, como “empreendedorismo”, “responsabilidade social empresarial” e “gestão social”.

Desta forma, Oliveira e Schmidt (2007), no estudo dos empreendimentos em incubadoras tecnológicas sociais, identifica que o “empreendedorismo” tem um significado superior ao dado pelo capital, ou seja, vai além de criar um empreendimento e ter sucesso; “empreender significa, antes de tudo, elaborar um sonho e materializar esse sonho”; sua conclusão: “a essência do empreendedorismo social é esse, só que com o foco no social, na luta contra a desigualdade e exclusão social” (CD do 12º CBAS, 2007).

No estudo das categorias Responsabilidade Social Empresarial (RES), Economia Solidária e a atuação do Serviço Social, Lima e Andrade (2007) relatam que é possível desenvolver este trabalho de forma que atenda aos interesses tanto empresariais (Whirpool – Multibrás Eletrodomésticos) quanto da comunidade onde ela está inserida (Joinville). Apesar de todas as críticas pertinentes a categoria RSE apresentadas no trabalho, o Projeto de Responsabilidade Social (Instituto Consulado da Mulher), através dos princípios da ES incorporados, podem ser instrumento de emancipação dos sujeitos envolvidos.

Ronconi apresenta o desafio de desenvolver a gestão social que em função das especificidades das organizações de Economia Solidária, são colocadas como exigência ao profissional de Serviço Social:

[...] As organizações de economia solidária estão se consolidando como um campo de trabalho que exige uma gestão social capaz de romper com os conceitos tradicionais e de conduzir as pessoas em direção à emancipação, à auto-realização e à concretização de suas possibilidades. A gestão social implica na capacidade que o gestor tem de transformar as ações administrativas em processos de participação social e política. (RONCONI, 2003, p.27)

Os que enxergam no Movimento de Economia Solidária experiências emancipadoras argumentam que a participação nos empreendimentos de economia solidária proporcionam o “empoderamento” dos sujeitos envolvidos e o identificam como um “novo” espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, onde o profissional, ao articular as políticas públicas ou na

ação direta com os empreendimentos, atua na promoção da autonomia e da cidadania dos sujeitos e colabora no fortalecimento e na viabilidade desses empreendimentos coletivos.

A inclusão dos sujeitos em experiências associativistas e/ou cooperativistas e o aumento de suas rendas individuais, e conseqüentemente familiares, fazem com que os trabalhadores, possivelmente, saiam de um estágio de exclusão e marginalização social. Estas experiências coletivas podem valorizar tanto os sujeitos como o trabalho desenvolvido por eles, contribuindo para a socialização dos processos de trabalho desenvolvidos nestes empreendimentos. (GOERCK, 2006, p.7)

De acordo com o exposto, tanto os “críticos” quanto os “defensores” se baseiam em referenciais teóricos legitimados pela categoria desde 1979, e mesmo tendo posições diferenciadas contribuem para a construção de conhecimento. De qualquer forma, identifico alguns pontos que merecem uma reflexão mais apurada.

Em primeiro lugar, os trabalhos que enquadraram o Movimento da Economia Solidária simplesmente como “Trabalho Informal” foram genéricos e limitaram a abordagem a esse único enfoque. Demonstram que o “deciframento da realidade” somente por este caminho torna-se incompleto, superficial e determinista, não contemplando a totalidade do tema.

Em segundo lugar, não obstante a contribuição dada ao desocultar as reais intenções do Capital, a discussão se assemelha à própria contradição inerente ao Serviço Social, ou seja, avaliar se as intervenções profissionais promovem a emancipação rumo a um novo projeto societário, ou se as intervenções contribuem para minimizar esses pontos de atrito, sendo, portanto, funcional ao Capitalismo. As duas alternativas são faces da mesma moeda; superdimensionar um ou outro pólo, conforme Lisboa, “cria uma armadilha que nos aprisiona”.

Este falso dilema leva muitos socialistas a negarem a ES, pois esta aparentemente não seria revolucionária, mas reformista, além de funcional ao neoliberalismo e sua dinâmica de desassalariamento e terceirização. Para estes a ES seria um cavalo de Tróia. Aqui estamos diante de um problema de transição paradigmática, pois, presos ao paradigma cartesiano, permanecem com uma concepção leninista da transformação social, contrapondo maniqueísticamente reforma x revolução. (LISBOA, 2003, p.46)

Dessa revisão bibliográfica, pode se inferir principalmente que existe a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a economia solidária, para que não ocorram interpretações unilaterais, ou seja, uma preocupação muito maior com a denúncia do que com a identificação de ações propositivas que contribuam na elaboração de propostas de trabalho realmente emancipadoras.

É importante que os profissionais de Serviço Social façam uma distinção entre a economia solidária e os processos ligados à terceirização e à flexibilização dos direitos trabalhistas. [...] Mesmo conhecendo-se os limites das experiências de economia solidária no contexto capitalista, é necessário que os profissionais de Serviço Social considerem os aspectos progressistas destas experiências que podem possibilitar uma prática cooperativista, realmente democrática e geradora de trabalho e renda; é necessário que se reconheça o caráter multifuncional dessas organizações, isto é, sua capacidade de atuar simultaneamente nas esferas econômica, social e política. (RONCONI, 2003, p.215-216).

Em outros momentos, verificou-se que o reconhecimento dos limites impostos pela estrutura do capitalismo, na interpretação de alguns profissionais, são somente determinantes de sua própria existência. Desta forma, não conseguem decifrar nesse campo contraditório o potencial para a emancipação, concretizada nas ações propositivas que o movimento faz emergir.

Diante do exposto, este trabalho tem como pretensão trazer ao Serviço Social a necessidade do reconhecimento de que a Economia Solidária tem sua especificidade, portanto não deve ser compreendida apenas como “trabalho informal” ou simplesmente como “funcional ao capitalismo”. Ela é constituída por uma diversidade de atividades que não podem ser compreendidas isoladamente e, apesar de buscar um marco regulatório, não tem como ideal o “assalariamento”, conseqüentemente a exploração de mão-de-obra. Possui um arcabouço teórico que fundamenta a proposição de um outro mundo possível. E este arcabouço teórico não é definitivo nem estanque, faz parte da construção histórica de resistência da “classe que vive do trabalho”, na relação cotidiana dos sujeitos que constituem e são constituídos pelo Movimento da Economia Solidária.

Assim sendo, a dinâmica desse processo adquire contornos específicos, que não devem ser ignorados, dado que são configurados pela resistência dos trabalhadores e trabalhadoras no cotidiano das suas relações de produção e reprodução social. A participação em vários movimentos sociais e populares, como foi verificado no perfil da economia solidária, demonstra o protagonismo desses sujeitos. Essa estratégia, essa luta, essa “transgressão” às normas vigentes no “sistema de metabolismo social do capital”, merece um estudo mais cuidadoso pelos profissionais de Serviço Social, com o risco de “jogarem o bebê com a água do banho fora”.

4.3. Os (as) Assistentes Sociais no Movimento de Economia Solidária em Santa Catarina.

A seguir serão apresentados os resultados dos questionários aplicados com os (as) Assistentes Sociais que participam da construção do Movimento de Economia Solidária em Santa Catarina, através da representação nos Fóruns Municipais/Regionais e no FCES. Apesar dos limites impostos pelas condições em que foi realizada a pesquisa, o que reduziu a proposição inicial que era de “discussão coletiva”, ainda assim será possível apresentá-la pelas categorias de análise: trabalho e trabalhador.

Parte-se do pressuposto de que o Serviço Social na ótica do trabalho é uma “especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO, 2004), portanto “não se autodetermina” e “não pode prescindir de uma análise da sociedade em sua autocompreensão” (GRANEMANN, 1999, p.161) e das condições e relações sociais específicas em que se realiza.

Considerando que os diferentes processos de trabalho em que os (as) Assistentes Sociais estão inseridos são organizados dentro de condições sociais dadas, onde o empregador (Estado, empresas, ONG's, etc.) organiza e atribui unidade ao processo de trabalho na sua totalidade, fornecendo os meios e instrumentos para ativar a força de trabalho desse profissional na obtenção do produto/resultado, orientada para um fim.

E, ainda, considerando a rapidez com que a qualificação profissional exigida tem se alterado, conforme argumenta Oliveira:

A “aceleração da aceleração” impede a cristalização de qualquer forma, incluindo-se nisto a normatização e estabilidade de qualquer processo de trabalho; mesmo o conceito de processo é desformalizado, ou melhor, não é à toa que se registra, também nos centros dinâmicos do sistema, a crescente informalização do trabalho. (2000, p.76).

A pesquisa realizada tem, entre outros, o objetivo de identificar o exercício profissional no âmbito de processos e relações de trabalho que os (as) Assistentes Sociais têm desenvolvido no Movimento de Economia Solidária. Contribuindo para o estabelecimento de uma base de sustentação funcional-ocupacional, dado que:

[...] um dos desafios maiores para decifrar o exercício profissional está em apreender as particularidades dos processos de trabalho que, em circunstâncias diversas, vão atribuindo feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão, ainda que esta não perca a sua identidade. (IAMAMOTO, 2004, p.106).

Sendo importante salientar que não se pretende somente a qualificação profissional, ao se referir à abordagem do exercício profissional, mas, sobretudo, para trazer à tona alguns elementos para reflexão, como, por exemplo, a questão da identidade.

Os (as) Assistentes Sociais representantes de **gestores públicos** são do nível federal – **1.** DRT/SC-MTE, Programa Economia Solidária em Desenvolvimento – e municipal – **2.** Secretaria Municipal de Saúde - Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Projeto de Geração de Renda e Trabalho de Usuários de Serviços de Saúde Mental - e Prefeitura de Joinville – **3.** Secretaria de Bem-Estar Social, Programa Geração de Emprego e Renda. Da representação de **Entidades de apoio, assessoria e fomento**, Ação Social Arquidiocesana (ASA), executora do **4.** Projeto Fortalecendo a Rede de Economia Solidária em SC, **5.** Instituição Educacional Luterana de Santa Catarina (IELUSC), no Serviço de Atendimento ao Estudante (SAE), Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), mais especificamente na “qualificação”, e **6.** a Universidade – UNOCHAPECÓ, no Mapeamento Fase III.

Entre os aspectos do perfil dos profissionais considerados pertinentes está a **formação continuada**: todos os Assistentes Sociais consideram fundamental e materializam esse quesito através de especializações, mestrado, ou na participação de Núcleos de Estudo de universidades e no processo de supervisão de estágio, o que possibilita o contato com as discussões acerca das produções teóricas recentes. Com exceção de um entrevistado, todos responderam que estão satisfeitos com a profissão e que a opção por outra seria “apenas para agregar à formação do Serviço Social”.

Os outros aspectos referentes às condições de trabalho confirmam o que foi apresentado como consequência da reestruturação produtiva do capital, ou seja, o acirramento da subordinação do trabalho ao capital, verificáveis na precarização e na flexibilização das relações de trabalho. Os dados que sustentam essa afirmação são: salário que varia de R\$ 700,00 a R\$ 5.000,00; os que tem trabalho em regime de 40 horas afirmam ter “excesso de trabalho”; o trabalho em “part-time” de 6 e 4 horas de jornada, que em alguns casos leva a um segundo emprego; e trabalho temporário e terceirizado. Essa realidade é interpretada pelos profissionais entrevistados de acordo com as especificidades dos processos de trabalho demandados pelas instituições em que são contratados:

Como trabalho num órgão da esfera federal, entendemos que a atual conjuntura no âmbito do governo federal é extremamente favorável às condições de trabalho, ou seja, favorecendo ambientes democráticos, espaços públicos com atuação ativa da sociedade civil e valorização das políticas sociais, consequentemente dos profissionais que atuam . (1.LDC)

Vivemos a precarização do serviço público, faltam recursos materiais, humanos e físicos, a terceirização impera, e a desvalorização do servidor público é gritante. Basta observar o meu vencimento que com 11 anos de serviço é de 1045,00 reais. (2.GC).

As condições de trabalho refletem a falta de organização, preparação e articulação do serviço público e a primazia de interesses políticos sobre a real necessidade de constituição dos serviços públicos. A atual conjuntura política e econômica é responsável por esse quadro. (3.PBR).

Comparadas às condições de trabalho sob a qual a maioria dos trabalhadores tem que se submeter, as condições do meu trabalho são satisfatórias. O horário de trabalho é flexível e a execução do trabalho se realiza a partir do cumprimento de tarefas e não de horário no ambiente de trabalho. Desta forma, existe uma certa “autonomia” no que se refere ao trabalho que deve ser realizado. (4.AK)

As condições de trabalho no IELUSC são boas, porém na prefeitura são precárias. O fato de me sujeitar a trabalhar em dois empregos já demonstra a falta de valorização de nossa profissão. Penso que isso se deve principalmente ao fato do surgimento de nossa profissão estar ligada ao voluntariado e também a pouca mobilização e organização da classe. (5.GLL)

Não é diferente do que os estudos apresentam em função de excesso de responsabilidade e acúmulo de trabalho para quem está inserido no mercado formal de trabalho. Em termos de condições de trabalho, eu trabalho numa instituição que proporciona boas condições, mas há muito trabalho para se fazer, tomando quase que exclusivamente o tempo que temos. (6.AT)

Para contribuir com a compreensão dessa realidade emergente – Movimento de Economia Solidária - e também para uma melhor intervenção profissional que, entre outras questões, implica no desenvolvimento de habilidades técnico-operacionais que possam contribuir para o fortalecimento da ação política dos vários segmentos sociais, inicialmente serão apresentados as técnicas e instrumentos mais utilizados.

A identificação dos processos de trabalho em que estão inseridos os(as) Assistentes Sociais foi feita mediante a participação/ação em vários momentos significativos da organização sócio-política do Movimento de Economia Solidária. Nesse sentido, com base nos Diários de Campo e no Relatório de Estágio, do período de 22 de maio de 2006 à 31 de dezembro de 2007, e questionários foi possível sistematizar as técnicas e instrumentos mais utilizados..

Na I Conferência Estadual de Economia Solidária, na Plenária Estadual de Economia Solidária, nas Feiras, nas reuniões dos GT e nas reuniões regionais ou nas reuniões do FCES, é possível afirmar a participação desse profissional na **gestão social**, que incluem a **organização, coordenação e mobilização**. Importante destacar que essas ações não são

isoladas e nem individuais, pois são sempre deliberadas em Grupos de Trabalho, observando a representatividade de EES, EAF e gestor público, conforme descrito nas seções anteriores. Trata-se de uma equipe **transdisciplinar**, pois além de não estabelecerem uma relação hierárquica, os integrantes possuem um “conjunto de noções compartilhadas, integrando diferentes níveis e relações entre as disciplinas e criação de campos novos de conhecimento”. (MELO e ALMEIDA, 1999, p.234).

Com base nas apreensões da prática dos assistentes sociais, Sarmiento (2005) pontuou alguns instrumentos: o relacionamento, a observação, a abordagem, a entrevista, a informação, a reunião e a visita domiciliar. Dos sete instrumentos elencados, devido à dinâmica do próprio movimento e do desenho da Política Social - Programa Economia Solidária em Desenvolvimento - não é utilizada a “entrevista” e nem a “visita domiciliar” na DRT/SC, pois a atuação profissional tem suas especificidades, e a principal delas é o fato de que o Assistente Social realiza a assessoria, a instrumentalização dos grupos, e não oferece um serviço ou benefício, uma das características do processo sócio-assistencial, que demanda a utilização desses instrumentos. A assistente social do Projeto Fortalecendo a rede catarinense de economia solidária (ASA) também não utiliza esses instrumentais, pela especificidade do próprio projeto, que é a articulação de sete Feiras Regionais de Economia Solidária e organização da Plenária Estadual de Economia Solidária e duas Reuniões do Fórum Catarinense de Economia Solidária.

Desta forma, o instrumento mais utilizado é a **reunião**, e para que esta ocorra exige-se a definição de pauta, organização do material a ser utilizado, dos informes e preparação do local. O **relacionamento** tem um papel fundamental e determinante, pois é através deste instrumental que as ações/mediações se concretizam, pois o processo de preparação da reunião é sempre democrático e coletivo. A **observação** e a **abordagem**³⁰ são outros instrumentos que também são acessados no espaço da reunião, que são permeados de subjetividades e refletem as relações sociais de produção e reprodução vigentes, apesar da busca pela sua superação. O **diálogo** é a característica desse encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos, numa relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência. “Somente o diálogo, que implica num pensar crítico é capaz, também de gerá-lo”. (FREIRE, 1981, p.98).

³⁰ Entendida em Sarmiento (2005, p.31-32) como um contato sempre intencional de aproximação e utilizada como meio para criarmos um espaço para o diálogo, conhecimento e intervenção, desencadeando um processo de ação-reflexão (crítica) com a realidade e entre os sujeitos envolvidos.

Outro instrumento indissociável do exercício profissional é a **investigação**, seja da realidade social ou de temas específicos, como por exemplo: Base de Serviço, para qualificar e subsidiar tanto as ações dos profissionais de Serviço Social quanto dos outros integrantes dos Fóruns Regional e Estadual. Esta atividade impulsiona a formulação de respostas, porque geralmente são incorporados ao **planejamento**, que é um outro instrumental que possibilita a reflexão continuada e sistemática, além do acompanhamento da dinâmica das atividades e a viabilidade e efetividade das metas propostas, auxiliando na tomada de decisões.

O instrumento **informação** é parte integrante e também é causa de um conjunto de ações e inter-relações articuladas entre si, que explicitam uma visão de mundo. Ela pode assumir a forma escrita (relatórios, memórias, documentos etc.), a verbal, áudio-visual e virtual. Como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, da ciência e tecnologia aliada ao processo de globalização, podemos afirmar que a informática é uma ferramenta que contribui para a eficiência do fazer profissional. Principalmente se considerar o fato de que possibilita a comunicação e a socialização das informações numa distância de tempo menor, desterritorializando as pessoas. O homem é o único ser que na sua atividade produtiva introduz mediações entre ele e o objeto desta atividade; assim sendo, a “técnica” é uma criação, e portanto temos responsabilidade ética sobre ela. A técnica é um produto, um “meio” para a transformação da realidade social, e não um “fim” em si mesmo.

“(…) é através da técnica que ele faz com que seu conhecimento opere, objetive-se sobre as coisas. Torna-se, portanto, um meio de facilitação das suas realizações. Como um ato político, a técnica vai sendo re-criada de modo a atender melhor a realização de tarefas. É na prática e através da técnica que o homem vai conhecendo e ao mesmo tempo transformando”.
(SARMENTO, 2005, p.16)

A valorização dos diferentes olhares, histórias, trajetórias e saberes, ou seja, do reconhecimento da pluralidade, permite a vivência da democracia participativa em todas as instâncias de organização do Movimento por todos os sujeitos sociais. Os Assistentes Sociais inseridos nesse contexto tendem a assumir uma configuração particular no terreno das mediações, pois a plataforma de princípios e diretrizes do movimento encontra suporte no projeto ético-político da profissão, comprometido com a democracia, com a cidadania, com a igualdade e na defesa da construção de uma sociedade justa, equânime e participativa. Confirmando a leitura da Economia Solidária, feita por Oliveira como:

(...) um novo espaço sócio-ocupacional que necessita de intelectuais que em sua práxis realizem a socialização do conhecimento, incrementem o processo

de politização, estimulem a participação, contribuam para a concretização de processos autogestionários, proponham políticas, subsidiem o controle social, entre tantas outras demandas. (2004, p.112)

E dos entrevistados, quando indagados se fazem alguma relação do Projeto Ético Político da profissão e o Movimento de Economia Solidária:

Sim. A defesa pela igualdade de direitos, democracia e um mundo do trabalho sem relações de poder, com iguais condições econômicas, sem exploração, onde as pessoas são sujeitos. (1.LDC)

O papel de evidenciar a contradição capital- trabalho, de colocar na roda que este modo de produção capitalista divide a sociedade em classes, onde os proprietários dos meios de produção exploram os trabalhadores em sua força de trabalho visando o lucro, a população precisa saber de seus direitos, essa é nossa tarefa, a educação popular, a participação social e a mobilização política, tendo como seu mote a política pública e as relações sociais. Na Eco Sol não tenho atuação direta (pois, o projeto na qual estou inserida ainda esta em fase de planejamento) mas acho que podemos desempenhar ações de educação popular de conscientização política, e ações político organizativa junto aos empreendimentos.

Sim, acho que o Movimento de Economia Solidária pode ser um espaço de construção desse sujeito político que falei acima. (2.GC)

Todo o projeto ético político se relaciona com o movimento, pois faz a defesa de princípios democráticos, de liberdade e de autonomia dos sujeitos. (3.PBR)

Quando nos comprometemos com a justiça social e igualdade, estamos indo ao encontro da proposta da economia solidária. Vejo que seus princípios estão diretamente ligados à diretriz da profissão. (5.GLL)

Toda relação, pois ambos têm como direção uma sociedade mais justa e solidária, com equidade social. (6.AT)

Desta forma, dando uma intencionalidade ao uso do arsenal técnico-operativo, confere concretude às dimensões ético-político e teórico-metodológico da profissão.

O ato teleológico, expresso por meio da colocação de finalidades é, portanto, uma manifestação intrínseca de liberdade, no interior do processo de trabalho. É um momento efetivo de interação entre subjetividade e objetividade, causalidade e teleologia, necessidade e liberdade. (OLIVEIRA, 2000, p.145)

No item 2.1. do questionário de entrevista – O que você teria a contribuir sobre a questão da “especificidade profissional”? Na sua opinião, há como delimitar o âmbito da atuação, demarcar as fronteiras? Qual a importância que essa questão acarretaria para a profissão? – foram obtidas as seguintes respostas:

Não tem como delimitar, mas pelas atribuições da profissão, podemos garantir nosso espaço numa equipe interdisciplinar e conquistar importância,

espaço de atuação e reconhecimento pelo comprometimento e competência. (1.LDC)

Acho que precisamos definir nosso espaço em todos os lugares para a interdisciplinaridade ocorrer precisa inicialmente ter profissionais com atribuições específicas para posteriormente interagirem. (2.GC)

O Assistente Social para garantir seu espaço e demonstrar sua especificidade não deve se prender a práticas pontuais e cotidianas como preenchimento de cadastros e envio de documentação. Isso qualquer um faz. O profissional deve estar inserido nos primeiros contatos com o público alvo para levantar as representações e princípios desse grupo, indivíduo ou comunidade, para que com isso possa desenvolver seu plano de intervenção de acordo com as especificidades de cada situação e realizar ações eficazes de transformação. Isso engloba também o acompanhamento, formação e análise dos resultados obtidos juntamente com os usuários. Durante e após encerradas essas etapas, rotinas burocráticas devem ser delegadas a profissionais administrativos. Há como delimitar sim. Qualquer ação que envolva a necessidade de realização de diagnóstico de pessoas e grupos em situação de risco e vulnerabilidade, de construção de consciência crítica e formação política deve ser desempenhada com a participação do AS. Essa questão evitaria desvios de função de profissionais e aproveitaria melhor os conhecimentos do mesmo. (3.PBR)

Não há como delimitar o âmbito da atuação. Quando se exerce a profissão com a perspectiva da transformação, é preciso ter noção da totalidade. (4.AK)

Pra mim é muito claro qual o papel do Assistente Social dentro de minha instituição. Claro que é muito fácil se envolver com varias questões e perder o foco da atuação, mas para isso é importante estar sempre atento às prioridades estabelecidas e às possibilidades de atuação. Por exemplo, como trabalho apenas meio período não posso me envolver com muitas questões. (5.GLL)

Acho que não há fronteiras, pois as pessoas não são objetos que tem que ser disputados, todas as profissões podem e, acima de tudo, devem contribuir para a construção de uma sociedade melhor. Na ITCP, todos contribuem, todos são importantes (independente da sua área de atuação), para a realização de um trabalho que, de alguma forma, modifique para melhor a vida das pessoas. (6.AT)

Através dos diferentes olhares a respeito da importância da especificidade, mesmo sem citá-la, pode-se concluir que todos têm claro e definido sob qual perspectiva se deve atuar, ou seja, na perspectiva de transformação. A delimitação dessa especificidade é constatada, e percebe-se que a sua relevância diminui na medida em que os objetivos são compartilhados, no entanto a identidade fica resguardada.

A abordagem interdisciplinar, como uma tentativa de superar a lógica fragmentada do conhecimento, respeitando as especificidades, enfatizando a troca, o aprendizado conjunto e a

interação das diferentes áreas, também foi citada pelos entrevistados. De acordo com os estudos de EES e Serviço Social, de Oliveira:

“O trabalho com grupos de Economia Solidária suscita ainda a apreensão e incorporação do trabalho interdisciplinar e em rede. A interdisciplinaridade é fundamental dada a complexidade de um empreendimento econômico, que para ter sustentabilidade e viabilidade precisa se inserir no mercado, desenvolver estratégias de marketing, constituir cadeias produtivas, ater-se as exigências jurídicas e contábeis”. (2004, p.108)

No entanto, na dinâmica do Movimento, em vários momentos foi possível constatar que não existia uma “relação hierárquica de uma disciplina integradora e coordenadora de outras”, uma das características da interdisciplinaridade. Desta forma, pode-se apontar que existe uma tendência a evoluir para a relação “transdisciplinar”.

A matéria de trabalho – expressões da questão social – do qual se ocupa o profissional de Serviço Social apresenta-se fragmentada (infância e juventude, saúde, trabalho etc.), assim como as respectivas políticas sociais, transformando-se em um dos limites da intervenção profissional. No entanto, no Movimento de Economia Solidária, caracterizada pelo pluralismo, que busca entre outros objetivos superar a visão compartimentalizada, reducionista de agir e pensar, acaba exigindo uma atividade técnico-profissional orientada por uma relação integradora – a transdisciplinaridade – ampliando as possibilidades de intervenção. Conforme contribuição de um dos entrevistados:

[...] considero que em nossos trabalhos, estamos conseguindo um processo exemplar de participação social e política e o que é mais positivo, de forma integrada, ou seja, através de ações integradas em torno da organização sócio-política que é o Fórum Catarinense de Economia Solidária, estamos conseguindo somar e concentrar esforços de atuações profissionais e institucionais. Se ampliarmos a visão para o cenário nacional, também estamos contribuindo para a gestão em nível nacional de organização do FBES. O exemplo mais prático e recente foi a Plenária Estadual antecipada pelas regionais, onde estamos oportunizando desde as bases as discussões para reestruturação dos Fóruns, em especial do FBES e a construção de um planejamento realmente participativo. Com suas limitações é claro, mas que não ofuscam o processo participativo pelo qual os sujeitos trabalhadores de empreendimentos solidários estão vivenciando de emancipação. (1.LDC)

Desta forma, conforme o exposto, a atuação dos(as) Assistentes Sociais no Fórum Catarinense de Economia Solidária além de proporcionar a materialização do Projeto Ético-Político da profissão, propiciam a vivência da democracia e da solidariedade. No entanto, nos processos de trabalho em que estão inseridos vivenciam também a contradição de pertencer a classe-que-vive-do-trabalho, subjugadas às regras dispostas na relação capital/trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto mundial e brasileiro, foi demonstrado que a atual configuração do mundo do trabalho não atende à demanda da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras. O trabalho (work) perdeu o sentido original e se reduziu ao labor. A realidade tem demonstrado que o labor também se reduziu a um número cada vez menor de pessoas e o “pleno emprego”, que no Brasil mal se realizou, é um sonho cada vez mais distante.

Constata-se que a “classe-que-vive-do-trabalho”, em seu movimento de resistência às investidas do Capital e do “fazer-se constantemente”, tem criado estratégias de enfrentamento a essa crise do trabalho denominada também de “crise da sociedade salarial”. De um lado, movimentos conclamam à redução da jornada de trabalho, sem redução do salário, e, de outro, conclamam à abolição do trabalho assalariado.

No Movimento de Economia Solidária, existe a tendência cada vez maior de confluência de sujeitos sociais integrantes de movimentos “novos” – ecológicos, gênero, paz etc. - e “velhos”, organizados a partir do mundo do trabalho, o movimento operário-sindical. O exemplo da ADS, da CUT, demonstra a capacidade de transformar-se constantemente para incorporar as novas formas de resistência dos trabalhadores.

Este trabalho pretendeu trazer o Movimento de Economia Solidária na perspectiva desse pluralismo, de respeito ao confronto de diferentes idéias, não suprimindo divergências e contradições. Aliás, a riqueza de possibilidades contidos no Movimento é justamente pela não negação do “outro”.

O Movimento de Economia Solidária tem demonstrado, pela visibilidade dos dados estatísticos, pelo número cada vez maior de produção teórica e pelos trabalhadores e trabalhadoras que a constituem e são constituídos, que um outro mundo é possível. São milhares de trabalhadores e trabalhadoras, urbanos e rurais, que concretizam no cotidiano uma outra forma de viver, que buscam a unificação das múltiplas dimensões (culturais, sociais, econômicas, políticas), que conformam as iniciativas sob as formas de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, ecovilas etc. A estrutura sócio-político-organizacional que vem se fortalecendo e se ampliando nas esferas nacional, estadual e municipal/regional vem apontando para o potencial de resistência e de luta ao projeto societário hegemônico.

No entanto, a construção de uma nova concepção de mundo não é materializada sem conflitos; desta forma, não se desconsidera a contradição existente nesse espaço, pois ele não é homogêneo, ao contrário, a diversidade é um dos eixos principais que promove a sua existência, a tendência de buscar “unidade na diversidade”. Muito distante do “conformismo

ou da contenção de ânimo”, é um espaço onde se amplificam as resistências, rompendo com o isolamento político dos trabalhadores - através das redes -, demonstrando o potencial para a transformação. Esse processo de emancipação e de politização é marcado por dificuldades, limites e desafios amplamente discutidos e considerados como Plataforma de lutas.

O Movimento de Economia Solidária é construído por sujeitos sociais e coletivos, das esferas do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil. Os profissionais de Serviço Social, entre outros, participam da dinâmica do Movimento, inseridos e legitimados, seja pela gestão de Políticas Públicas, Programas e Projetos, ou diretamente contratados por uma liga ou união de EES, como é o caso da ANTEAG.

Este trabalho procurou descrever essa realidade a partir da perspectiva dos (as) Assistentes Sociais e, através dessa pesquisa, pode-se inferir que esse espaço sócio-ocupacional tende a crescer. O que nos leva a pensar na formação. Formação que, conforme demonstrado, prescinde do conhecimento dessa complexidade, que é o fenômeno da Economia Solidária.

Nesse sentido, convém perguntar: “formação para quê”? Conforme Sampaio (2007), “não pode ser respondido a partir de seu exterior. Mas sim a partir de que constituição se pretende, para a emancipação ou para a escravidão a um mercado cada vez mais ‘cheio de exigências’?”.

[...] a formação profissional deve estar radicalmente vinculada a história, suas transformações e seus sujeitos. E nesse mesmo rumo, colocam-se demandas profissionais urgentes como recuperar a dimensão política e conflitiva da produção da questão social como resistência; entender o não dito, cotidianamente, por aqueles que sofrem os prejuízos do capitalismo, a subtração de direitos e a humilhação de viver; entender a produção do conflito sem unilateralizá-la no comando do capital, mas analisando o movimento de recusa da classe trabalhadora ainda quando não se encontrar no modelo do partido político. Enfim, entender a classe trabalhadora não como subproduto das relações capitalistas de produção, mas como uma classe que está constantemente fazendo-se. (CD do 12º CBAS, 2007).

De um lado, apresenta-se a necessidade de se vincular conhecimento científico e popular, e, de outro, a tendência do aumento dos debates em torno da “construção de uma teoria contrária aos universalismos e totalidades, que valoriza o multicultural, o transdisciplinar, a subjetividade, a inquietação, a indignação, as diferenças, que enfatiza a experiência e potencializa as alternativas” (Santos, 2001 apud Cortizo e Oliveira, 2004).

Um passo na direção de uma formação que atenda a esses requisitos seria a implementação de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na UFSC.

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Associativismo. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.15-20.

_____. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.20-26.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000. 3ª edição.

_____. (org.) **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**. Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de geração de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: **Revista Instituto de Economia da UNICAMP**, 1998, p.125-67.

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos A. Planejamento e políticas públicas. Brasília: In: **IPEA**, n. 12, jun/dez, 1995.

BATISTA, Fernando Anísio. **Políticas Públicas de Economia Solidária**: um olhar a partir da atuação da SENAES no primeiro mandato do Governo Lula. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais da UFSC/2006.2.

BARBOSA, Maria José de Souza, MIRANDA, Núbia Cristina Assunção. O Cooperativismo como perspectiva de Geração de Trabalho e Renda em Belém: Entre a Teoria e a Prática. In: **12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social**. 28.10 a 02.11 de 2007. Modalidade: oral; Sessão temática: 12 – Questão Social, Trabalho, Estado e Democracia.(UFP)

BARROCO, Maria Lucia Silva. “Ética, Direitos Humanos e Diversidade.” In: “**Ética e direitos humanos**: unidade e diversidade do Fórum Social Mundial” Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos – NEPEDH/PUC-SP.

BOEIRA, Sérgio Luís. Ecologia Política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra. In: **Ambiente&Sociedade** – Ano V – nº 10 – 1º Semestre de 2002.

BOFF, Leonardo. Ecologia Social em face da pobreza e da exclusão. In: **Ética da Vida**. Brasília, Letraviva, 1999. p.41–66.

_____. Um olhar para o futuro. In: **Entrevista à Aldem Bourscheit**, jornalista, assessor de comunicação da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) e membro do Núcleo Ecojornalistas do RS (NEJ/RS). 22.05.02. Disponível em <<http://www.agirazul.com.br/artigos/aldem-boff.htm>>. Acesso em 07.04.07.

BOOKCHIN, Murray. “Ecologia Social”. In: **A Ecologia da Liberdade**. Artigo disponível em <<http://www.potável.wordpress.com>>. Acesso em 07.04.07.

BRASIL. Resolução CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006.

BRASIL. Lei 8.662 de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: CFESS, 1993.

BRASIL. Arquivo existente do Movimento de Economia Solidária na Delegacia Regional do Trabalho – DRT/SC.

_____. Atas de Reunião, Relatórios e Documentos Sínteses dos Fóruns Regionais, Estaduais e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007.

_____. Relatórios e Documentos Base da Conferência Estadual de Economia Solidária e Conferência Nacional de Economia Solidária. Ano de 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego.

_____. Manual do Estagiário da DRT/SC

_____. Secretaria Executiva – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Plano de redesenho dos Macroprocessos. Brasília. 05/07/06.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária – Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Plano de Ação 2006. Brasília. 2006.

BRASIL. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

_____. Documento Provisório de Apresentação do SECAFES. 09.08.2007. MDA, SDT.

_____. Resumo Executivo do Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária – Fomento e apoio ao desenvolvimento local, com vistas à Geração de Trabalho e Renda. MTE, SENAES, março de 2006.

_____. Relatório da Plenária Estadual de Economia Solidária (2007)

_____. Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária de 2006.

_____. Carta de Princípios da Economia Solidária.

_____. Plataforma da Economia Solidária.

CATTANI, Antonio David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 21ª. Ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

_____. **A Teia da Vida** - Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos. São Paulo: Cultrix, 1999. Tradução: Newton Roberval Eicheberg.

_____. **As conexões ocultas**: Ciência para uma vida sustentável. 3. ed. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2002.

COELHO, Franklin Dias. Finanças Solidárias. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.153-173.

CORTIZO, Maria Del Carmen e OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A Economia solidária como espaço de politização. In: **Serviço Social e Sociedade** nº 80. São Paulo: Cortez Editora, novembro/2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios do Serviço Social na era da globalização. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 61, nov. 1999.

FIORI, José Luís. Palestra proferida pelo professor no Centro Cultural Banco do Brasil em 04 de setembro de 1996. Federação Brasileira de Associações de Engenheiros – FEBRAE.

Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/consenso_w.htm>. Acesso em 15.06.07.

FLEURI, Reinaldo Matias e FREITAS, Mario Jorge. **O conceito de complexidade**: uma contribuição para a formulação de princípios epistemológicos da educação intercultural. Artigo disponível em: <<http://www.rizoma3.ufsc.br>>. Acesso em 06.03.07.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRETELL, Alfonso Cotera e ROCA, Humberto Ortiz. Comércio Justo. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.33-44.

GAIVIZZO, Soledad Bech. **Limites e possibilidades da Economia Solidária no Contexto das transformações do mundo do Trabalho**: a experiência da Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas. Dissertação de Mestrado. PUCRS, 2006.

GOERCK, Caroline. **Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária**: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. In: Revista Virtual Textos&Contextos, nº 5, ano V, nov.2006.

GOHN, Maria da Glória. 1.Participação: paradigmas, teorias, definições, representações e significados. In: **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2003. (Coleção questões da nossa época: v.84). p.13-29.

GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço Social 1. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social-Brasília-CEAD, 1999.

GRIGOLI, Juliana de Jesus e CARVALHO, Wolney Roberto. **Desenvolvimento econômico nacional e direitos humanos**. Possibilidades ou retórica?. Artigo disponibilizado pelos autores.

GRZYBOWSKI, Cândido. “Sim, um outro mundo é possível”. In: CATTANI, Antonio David. **Fórum Social Mundial** – a construção de um mundo melhor. Petrópolis, Vozes&Veraz&Editora da URGs, 2001. p.19-30.

GUIMARÃES, Carlos Antonio Fragoso. “**Ecologia Profunda, Ecologia Social e Eco-Ética**”. João Pessoa, PB, 22.11.97.

_____. “**Holismo versus Mecanicismo: O que é a vida?**”. João Pessoa, PB, 17.03.97, revisto em 12.05.01.

Artigos disponíveis em <<http://geocities.yahoo.com.br/carlos.guimarães>>. Acesso em 31.03.07.

GUIMARÃES, Gleny T. D., MACIEL, Cleverton e EIDELWEIN, Karen. Transformações no mundo do trabalho, economia solidária e sua relação com incubadoras sociais. In: **Revista Virtual Textos&Contextos**. Nº 7, ano VI, jul.2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyolla, 1993.

HARRIBEY, Jean-Marie. Marxismo ecológico ou ecologia política marxiana. In: **Dictionnaire Marx contemporain** (sob a direção de Bidet J., Kpuvélaskis), Paris, PUF, Actuel Marx Confrontation, 2001, p.183-200. Tradução de Fernando Ic. Martins. Artigo disponível em <http://www.resistir.info/ambiente/ecologia_politica.html> . Acesso em 22.07.07.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo. Editora Viramundo. 2002.

HUNT, E. K.; SHERMAN, J. H. A Teoria Econômica Keynesiana e a Grande Depressão. In: **História do Pensamento Econômico**. 18ª, Ed. Vozes, Petrópolis, 2000. (Capítulo XI, p.163-177).

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7ª ed. São Paulo, Cortez, 2004. p.83-112.

JESUS, Paulo de. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.72-75.

KAMEYAMA, Nobuco. Direito ao Trabalho ou abolição do Sistema de Trabalho Assalariado. Revista **O Social em Questão**, PUC/RJ, Rio de Janeiro, 2º semestre/2005.

KAPRON, Sérgio e FIALHO, Ana Lúcia. Políticas Públicas para a economia solidária. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.215-219.

LESSA, Sergio. O Processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Capacitação em serviço social e política social** – módulo 2. Brasília: CEAD, 1999. p.19-33.

LIMA, Graziela Luisa de e ANDRADE, Edinara Terezinha de. Economia Solidária em Projetos de Responsabilidade Social Empresarial: novo espaço de atuação para o Assistente Social. In: **12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais** – IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social. 28.10 a 02.11 de 2007. (FURB)

LIPIETZ, Alain. A ecologia política e o futuro do marxismo. In: **Ambiente & Sociedade**. Vol.5, nº2/Vol. 6, nº1, Campinas, 2003. Artigo disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>> . Acesso em 24.06.07.

LIRA, Izabel Cristina Dias. O custo social do trabalho na informalidade. In: **12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais** – IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social. 28.10 a 02.11 de 2007 (UFMT)

LISBOA, Armando de Melo. Desenvolvimento, uma idéia subdesenvolvida. In: **Cadernos do CEAS**. Salvador, 1996. n. 161. p.4-21.

_____. O rei está nu! In: **Revista Katálisis**, Vol. 6, nº 1 jan/jun 2003, Florianópolis, Editora da UFSC. p.39-52.

_____. Solidariedade. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.242-250.

_____. Socioeconomia Solidária: incubando uma outra sociedade. **Proposta**, ano 30, nº97, junho/agosto 2003.

_____. Economia Solidária e Autogestão: Imprecisões e Limites. In: **Revista de Administração de Empresas (RAE/FGV)**, v.45, n.3, jul/set/2005.

LOWY, Michael. De Marx ao Ecosocialismo. In: **Coletânea Pós-neoliberalismo II** (orgs. Emir Sader e Pablo Gentile). Rio de Janeiro: Vozes, 1999. Tradução de Guilherme Teixeira.

MANCE, Euclides André. Cadeias produtivas solidárias. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.26-28.

_____. Consumo Solidário. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.44-49.

_____. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.219-225.

_____. **De Seattle aos Fóruns Sociais Mundiais – A Emergência das Redes Solidárias e sua Articulação Revolucionária**. 2001. Artigo disponível em <<http://www.milenio.com.br/mance/fsm1.htm>>. Acesso em 15.07.07.

MANDEL, Ernest. “O materialismo histórico”. In: **Introdução ao Marxismo**. São Paulo: Antídoto, 1978. Cap. XVII. p.257-279.

MARCUSE, Peter. Conversação sobre globalização em Porto Alegre. In: CATTANI, Antonio David. **Fórum Social Mundial – A construção de um mundo melhor**. Petrópolis: Vozes e Terra e Editora da URGs, 2001.

MELO, A. I. S. C. de e ALMEIDA, G.E.S. de. Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 4: Brasília: NED/CEAD- Universidade de Brasília, 1999.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In: **A outra economia**. CATTANI, Antonio David (Org.). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.76-84.

MOTA, Raquel Cristina Lucas. O empreendedorismo como alternativa ao desemprego: um estudo crítico do banco popular de Ipatinga-MG. In: **12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social**. 28.10 a 02.11 de 2007. (UFRJ)

NASCIMENTO, Cláudio. Socialismo autogestionário. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.226-232.

_____. A autogestão e o “Novo Cooperativismo”. In: **Curso Economia Solidária, Políticas Públicas e Desenvolvimento Solidário**. ENAP - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 10 a 14 de 2004.

NASCIMENTO, Aline Fátima do e REIS, Carlos Nelson dos. Espaço sócio-ocupacional do Assistente Social: A Economia Popular Solidária como Alternativa de Trabalho e Renda. In: **12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social**. 28.10 a 02.11 de 2007. Modalidade: oral; Sessão temática: Relações de Trabalho e Espaços Sócio-Ocupacionais do Assistente Social. (PUCRS)

NISHIMURA, Sandra Regina. **Grupos de Geração de Trabalho e Renda na construção da Economia Solidária**. Dissertação de Mestrado, UEL-PR, 2005.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em Empreendimentos de Economia Solidária**. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2004.

OLIVEIRA, Edson Marques e SCHMIDT, Madalena Lopes Vieira. Empreendedorismo Social e Serviço Social – da teoria à prática, do sonho à realidade: a proposta do modelo casulo sócio-tecnológico. In: **12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social**. 28.10 a 02.11 de 2007. Modalidade: oral; Sessão temática: 12 – Questão Social, Trabalho, Estado e Democracia. (UNIOESTE-PR, Campus de Toledo)

OLIVEIRA, Francisco de. A crise e as utopias do trabalho. In: KRAYCHETE, Francisco Lara, COSTA, Beatriz (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p.65-90.

PEDRINI, Dalila Maria. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. Relatos de Cooperativas Industriais. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2.ed. – São Paulo: Contexto, 2003 – (Coleção economia) . p.31-48.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Necessidades Humanas**. Subsídios à crítica dos Mínimos Sociais. São Paulo, Cortez Editora, 2000, 3ª Edição.

PINHEIRO, Márcia Baraúna. Economia de Comunhão: uma experiência peculiar de economia solidária. Organizações econômicas fundamentadas em princípios éticos. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2.ed. – São Paulo: Contexto, 2003 – (Coleção economia) . p.333-351.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização - A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.
_____. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

RAMOS, Carlos A. **Políticas de Geração de Emprego e Renda**. Justificativas Teóricas, Contexto histórico e Experiência Brasileira. Universidade de Brasília, texto nº 227, Brasília, janeiro de 2003.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. **Gestão Social e Economia Solidária: Desafios para o Serviço Social**. Dissertação de Mestrado. UFSC, 2003.

ROULT, Aivy Ann, TEIXEIRA, Diego Louar e SANTOS, Paulo Cezar Macedo dos. Os desafios nas novas relações de trabalho introduzidas pela Economia Solidária. In: **12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social**. 28.10 a 02.11 de 2007. Modalidade: oral; Sessão temática: 12 – Questão Social, Trabalho, Estado e Democracia. (Faculdades Doctum)

SADER, Emir. **Trabalhemos menos, trabalhemos todos**. Postado em 17.11.2007. Artigo disponível na página <
http://www.agenciartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=151 >. Acesso em 19.11.07.

SAGGIN, Vanessa Gabriela. Trabalho informal como demanda aos profissionais do Serviço Social. In: **12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social**. 28.10 a 02.11 de 2007. Modalidade: oral; Sessão temática: 12 – Questão Social, Trabalho, Estado e Democracia. (PUCRS).

SAMPAIO, Simone Sobral. As alterações no modo de organização do capital e do trabalho: novas questões profissionais. In: **12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social**. 28.10 a 02.11 de 2007. Modalidade: oral; Sessão temática: 12 – Questão Social, Trabalho, Estado e Democracia.(UFSC).

SANCHES, Maria Cecília Teodoro Sanches. **Economia Solidária: O protagonismo da pessoa idosa**. Artigo disponível em <
<http://www.portaldoenvelhecimento.net/pforum/tv5.htm> >. Acesso em 10.08.07.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Cortez, 1997.

SÃO PAULO____. Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. Trabalho legal, ilegal e ‘alegal’: novidades da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. (15.05.03, p.1-9) In: **Curso de Economia Solidária, Políticas Públicas e Desenvolvimento Solidário**. ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 10 a 14 de 2004.

SARMENTO, Helder Broska de Moraes. Rediscutindo os instrumentos e as técnicas em Serviço Social. In: **Textos de Teoria e Prática de Serviço Social – Estágio Profissional em Serviço Social na UFPA**. Vol. 1. Belém/PA: UFPA, 2005.

SAWAIA, Bader Burihan. Participação social e subjetividade. In: **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. Editora da PUC-SP, São Paulo, 2001. p.115-133.

SCHWENGBER, Ângela. Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da Rede de Gestores. In: FILHO, Genauto Carvalho de França Filho, LAVILLE, Jean-Louis, MEDEIROS, Alzira e MAGNEM (Orgs.). **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.293-296.

SILVA, Maria Dolores Thiesen. **A política pública de trabalho e Emprego em Santa Catarina: Contextualização e Questionamentos**. Dissertação de Mestrado – UFSC – 2003.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. A Economia Solidária e os Novos Paradigmas de Desenvolvimento: sustentabilidade, solidariedade e territorialidade. In: **Curso de Economia Solidária, Políticas Públicas e desenvolvimento solidário**. Brasília, 10 a 14 de 2004. Escola Nacional de Administração Pública. (ENAP).

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci, sua teoria. Incidência no Brasil. Influência no Serviço Social.** 2ª edição. Florianópolis: Cortez, 1999. 281 p.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1 edição, 2002.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil.** A autogestão como resposta ao desemprego. 2.ed. – São Paulo: Contexto, 2003 – (Coleção economia) p.11-28.

_____. A Economia Solidária no Governo Federal. In: **Revista Mercado de Trabalho.** Ano 9/Agosto 2004, MTE e IPEA. p.3-5.

SOUZA, André Ricardo. Economia Solidária: Um movimento nascente da Crise do trabalho. In: SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. **Uma outra economia: Paul Singer e a economia solidária.** São Paulo: Contexto, 2003, p.27-44.

SOUZA, Kreize Fernanda de. **A Economia Solidária e o Serviço Social na perspectiva de uma economia em construção:** o grupo de produção São Lucas. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. UFSC, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. **Regulação social tardia:** característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro. In: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002. Artigo disponível em <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044509.pdf>> Acesso em 15.08.07.

TAVARES, Maria Augusta. O trabalho informal descolado da economia para a assistência social. In: **Trabalho Necessário**, Ano 4, nº 4, 2006 – Neddade - Núcleo de Estudos, Documentação e Dados do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Artigo disponível em <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN5%20IndiceG.htm>>. Acesso em 15.11.07.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** - 15. ed. – São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

TORO A., José Bernardo y WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação.** Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

VIEIRA, Liszt. Parte III “Os (des) caminhos da globalização”. In: **Cidadania e Globalização.** Rio de Janeiro, Record; 1997. P.70-109.

_____. **Os argonautas da cidadania** - A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro, Record, 2001.

WEIDAUER, Ademir, WEIDAUER, Rosemari Tabora e NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Trabalho informal e “questão social”: determinações da acumulação capitalista. In: **12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social.** 28.10 a 02.11 de 2007. Modalidade: oral; Sessão temática: 12 – Questão Social, Trabalho, Estado e Democracia. (UFSC).

APÊNDICE

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Serviço Social

Questionário semi-estruturado, com questões abertas realizada com os(as) Assistentes Sociais que tem participação no Fórum Catarinense de Economia Solidária e/ou nos Fóruns Municipais/Regionais de Economia Solidária.

Roteiro de entrevista com Assistente Social

I. Perfil profissional:

- 1.1. Nome completo, idade, estado civil
- 1.2. Profissão do pai e profissão da mãe
- 1.3. Número de filhos
- 1.4. Formação profissional: ano, instituição, período (noturno, diurno)
- 1.5. Cursos: especialização, aperfeiçoamento profissional, mestrado, doutorado, outros
- 1.6. Primeiro emprego como AS: ano e local. Trabalha como AS há quantos anos?
- 1.7. Tem registro no CRESS? É sindicalizado? Qual?
- 1.8. Em que Instituição você trabalha e qual é o tipo de vínculo? (CLT, terceirizado, concursado, autônomo, etc.)
- 1.9. Qual a carga horária?
- 1.10. Salário mensal
- 1.11. Qual sua função?
- 1.12. Qual a relação que você faz da atual conjuntura com as condições do seu trabalho?
Quais os aspectos que mais contribuem para determinar essas condições?
- 1.13. Você participa de órgãos da categoria? Quais e como?
- 1.14. Você participa/participou de algum partido político? Como? Quando?
- 1.15. A que outro organismo de participação coletiva você pertence? Como participa?
- 1.16. Quais autores são referência para sua prática? Por quê?
- 1.17. Você é ou foi Supervisor de Estágio? Quanto tempo?
- 1.18. Você está satisfeito como Assistente Social? Por quê?
- 1.19. Que outra profissão você escolheria? Por quê?
- 1.20. Qual o seu projeto de vida profissional?

II. Prática profissional

- 2.1. Desde quando e como se deu a sua inserção no Movimento de Economia Solidária?
- 2.2. Como você está vendo o momento que o país está atravessando?
- 2.3. Como você caracteriza a Economia Solidária?
- 2.4. O que você teria a comentar sobre o Fórum Catarinense de Economia Solidária?
- 2.5. O que você teria a comentar sobre a Política Pública de Economia Solidária?
- 2.6. Que papel você credita ao Serviço Social na sociedade brasileira? E no Movimento de Economia Solidária?
- 2.7. Você faz alguma relação do “Projeto Ético Político” da profissão com o Movimento da Economia Solidária? Qual?
- 2.8. Como você caracteriza os serviços prestados pela instituição em que atua? Explique.
- 2.9. Como você caracteriza os serviços prestados por você? Explique.
- 2.10. Quais são as técnicas e/ou instrumentos mais utilizados para a execução do seu trabalho?
- 2.11. Como registra e/ou sistematiza a prática profissional. Quem definiu esta documentação?
- 2.12. Quem são os usuários? A sua prática atende a demanda dos usuários? Você considera como “atribuição privativa” do Assistente Social? Por quê?
- 2.13. O que pretende, de maneira geral, o Serviço Social na Instituição? Com que objetivos?
- 2.14. Quais são os principais entraves na qualidade dos serviços prestados?
- 2.15. Quais as maiores dificuldades encontradas no cotidiano de sua prática e quais os principais limites para a realização dela?
- 2.16. O que você teria a contribuir sobre a questão da “especificidade profissional”? Na sua opinião, há como delimitar o âmbito da atuação, demarcar as fronteiras? Qual a importância que essa questão acarretaria para a profissão?
- 2.17. Você gostaria de apresentar algum outro comentário neste final de entrevista?